



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS

Quadra 103 Norte nº 11 Lote 2 - Bairro Centro - CEP 77.001-036 - Palmas - TO - <http://www.tjto.jus.br/>
Anexo I do Tribunal

Edital nº 127 / 2026
PRESIDÊNCIA/DIGER/DIADM/SEDCC

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 02/2026 - UASG 925814 COMPRASGOV Nº 90002/2026	
OBJETO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAR OBRA DE REFORMA DO FÓRUM DA COMARCA DE DIANÓPOLIS-TO SOB REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO
VALOR ESTIMADO: R\$ 2.633.470,93 (dois milhões seiscentos e trinta e três mil quatrocentos e setenta reais e noventa e três centavos)	
DATA DA ABERTURA DO CERTAME: 18/03/2026 às 13:30 hs (horário de Brasília) Sítio Eletrônico: https://www.gov.br/compras/pt-br	Agente de Contratação: Pauline Sabará Souza
	Tipo: MAIOR DESCONTO
Vistoria? (X) SIM () NÃO	Atestado de Capacidade Técnica: (X) SIM () NÃO - vide item 3 do Projeto Básico
AMPLA CONCORRÊNCIA	
Pedido de Esclarecimento e Impugnações: Até dia 13/03/2026 Endereço eletrônico: cpl@tjto.jus.br	Pregoeiro, Agente de Contratação e Equipe de Apoio: Comissão de Contratação – DIADM (Anexo I do TJTO), Ed. Amaro Empresarial, Quadra 103 Norte, Rua NO-11, Lote 2, 7º Andar, Plano Diretor Norte, Palmas/TO, CEP 77.001-036, Telefone: (63) 3142-2534 e e-mail: cpl@tjto.jus.br .
Telefone em caso de dúvidas ou problemas técnicos relacionados à utilização do Portal de Compras do Governo Federal: 0800-978-9001.	
ATENÇÃO A Administração Pública ficará obrigada a autuar processo administrativo para apuração de falta e aplicação de sanções contra todas as empresas que pratiquem os atos tipificados nos artigos n.º 155 e 156 da Lei 14.133/2021. Alerta-se para que a licitante analise detalhadamente o edital e seus anexos, devendo formular sua proposta/lance firme e seguro possibilitando seu cumprimento. A prática injustificada de atos tipificados no art. 155 da Lei n.º 14.133/2021 tais como não manter a proposta e/ou deixar de enviar documentação exigida, sem prejuízo de outras infrações cometidas na licitação/contratação, sujeitará a licitante às sanções, apuradas em regular processo administrativo. Todos os documentos a serem encaminhados eletronicamente deverão ser configurados, preferencialmente, nos seguintes formatos: Adobe Acrobat Reader (extensão .PDF), Word (extensão .DOC ou .DOCX), Excel (extensão .XLS ou .XLSX), podendo ainda ser processados por compactação nos formatos ZIP (extensão .ZIP) ou RAR (extensão .RAR). Acompanhe as sessões públicas realizados por esta Corte de Justiça pelo endereço https://www.gov.br/compras/pt-br/, selecionando as opções Consultas > Pregões > Em andamento > Cód. UASG "925814". O edital e outros anexos estão disponíveis para download no Sistema Comprasgov ou baixados através do sítio do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins pelo link: https://www.tjto.jus.br/informacoes/licitacoes	

EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 02/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 25.0.000002635-1

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS**, doravante denominado TJ/TO, por meio da agente de contratação **Pauline Sabará Souza** designada pela Portaria nº 769, de 27 de fevereiro de 2025, tornam pública, para conhecimento das empresas interessadas, na forma da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Instrução Normativa da Presidência do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023, da Instrução Normativa da Presidência do TJ/TO nº 6, de 31 de janeiro de 2023, e, no que couber, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022 e, tendo em vista o que consta do Processo n.º 25.0.000023136-6, a abertura de licitação, na modalidade **CONCORRÊNCIA, na forma ELETRÔNICA**, pelo critério de julgamento **MAIOR DESCONTO**, destinada à **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAR OBRA DE REFORMA DO FÓRUM DA COMARCA DE DIANÓPOLIS-TO SOB REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**.

Na data, horário e endereço eletrônico abaixo indicados, far-se-á a abertura da Sessão Pública de Concorrência Eletrônica, por meio de Sistema Eletrônico Compras.gov.br.

DATA: 18 de março de 2026

HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF: 13:30 hs

SÍLIO ELETRÔNICO OFICIAL: <https://www.gov.br/compras/pt-br>

OBSERVAÇÃO: Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será remarcada automaticamente e terá início somente após comunicação via sistema aos participantes no sítio eletrônico oficial <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília/DF.

CAPÍTULO I - DO OBJETO

1.1 – O objeto da presente concorrência é a seleção da proposta mais vantajosa para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAR OBRA DE REFORMA DO FÓRUM DA COMARCA DE DIANÓPOLIS-TO**, de acordo com os termos e especificações deste edital e seus anexos.

1.1.1 – Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no CATMAT/CATSER e as constantes deste edital, prevalecerão as últimas.

CAPÍTULO II – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E CREDENCIAMENTO

2.1 – Poderão participar desta Concorrência os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e perante o sistema eletrônico provido pelo Governo Federal, por meio do sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

2.1.1 – Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar desta Concorrência deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao responsável pelo provimento do sistema, junto ao qual também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e operação, bem como receber as instruções detalhadas de sua correta utilização.

2.1.2 – O uso da senha de acesso é de responsabilidade exclusiva da licitante, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao TJ/TO responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2.2 – Não poderão participar da presente licitação, direta ou indiretamente, isoladamente ou em consórcio, empresas ou sociedades cooperativas que, por qualquer motivo:

2.2.1 – tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta federal, estadual, municipal ou distrital, tendo por fundamento o art. 87, IV, da Lei nº 8.666/1993 ou o art. 156, IV, da Lei nº 14.133/2021;

2.2.2 – estejam impedidas de licitar e contratar com o Estado do Tocantins, nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002 e/ou do art. 156, III, da Lei nº 14.133/2021;

2.2.3 – tenham sido punidas com a suspensão do direito de licitar ou contratar com o TJ/TO, nos termos do art. 87, III, da Lei nº 8.666/1993;

2.2.4 – estejam elencadas no art. 14 da Lei nº 14.133/2021;

2.2.5 – pessoas físicas ou jurídicas que incidam na hipótese de impedimento prevista no inciso IV do art. 14 da Lei nº 14.133/2021, observando-se, em especial, o inciso VI do art. 2º da Resolução nº 7, de 2005, do Conselho Nacional de Justiça;

2.2.6 - das quais participe, na condição de gerente, administrador, sócio, dirigente ou responsável técnico, servidor integrante do Quadro de Pessoal do TJ/TO;

2.2.7 - se encontrem em processo de dissolução ou liquidação;

2.2.8 - constituam sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

2.2.9. em razão da prática de ato de improbidade administrativa, o sócio majoritário esteja proibido de contratar com o poder público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/1992.

2.3 – A fim de verificar as condições de participação previstas neste Capítulo, o Agente de Contratação realizará consulta nas seguintes bases de dados:

2.3.1 – SICAF (Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores), disponível no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>;

2.3.2 – Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

2.3.3 – Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), no endereço eletrônico <http://www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/ceis>;

2.3.4 – Consulta ao Sistema Inabilitados e Inidôneos, mantido pelo Tribunal de Contas da União (TCU), no endereço: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>;

2.3.5 – É vedada a disputa em licitação ou participação na execução contratual de qualquer das pessoas físicas ou jurídicas referenciadas no artigo 14 da Lei Federal nº 14.133/2021;

2.4 – Considerando a sistemática da plataforma Compras.gov.br acerca do sigilo da autoria das propostas, o Agente de Contratação realizará a consulta de que trata o item 2.3 somente após a conclusão da fase de lances, momento no qual será revelada a identidade dos participantes do certame eletrônico.

2.5 – Constatada a ocorrência objetiva de uma das hipóteses de impedimento de participação previstas neste Capítulo, o Agente de Contratação relatará o fato em campo próprio do sistema e concederá à respectiva licitante a oportunidade de manifestação acerca da matéria e, eventualmente, a comprovação do afastamento dos efeitos da causa impeditiva de participação no certame.

2.6 - As sociedades cooperativas poderão participar deste certame desde que satisfaçam os requisitos estipulados pelo art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

2.7 - Para fins de enquadramento da licitante como ME/EPP deverá ser observado o disposto no Capítulo VII deste edital, aplicando-se, no que couber, as disposições do Decreto Federal nº 8.538/2015.

2.8 - Os documentos apresentados nesta licitação deverão conter os números de CNPJ dos estabelecimentos que, a critério de uma mesma pessoa jurídica licitante, serão responsáveis pela execução do objeto e que poderão emitir, em decorrência, ao longo da vigência do contrato, as notas fiscais que serão apresentadas a pagamento.

2.9 – Será vedada a participação de consórcio de empresas, qualquer que seja a sua forma de constituição, conforme justificativa técnica e econômica constante do item 2.11 do projeto básico.

CAPÍTULO III – DA VISTORIA

3.1 – A vistoria é facultada ao licitante interessado em participar deste certame, contudo caso pretenda realizar a vistoria o licitante deverá, mediante prévio agendamento junto à Divisão de Engenharia (DIVENG) da Diretoria de Infraestrutura e Obras do TJ/TO, realizar vistoria técnica. O prazo para vistoria iniciar-se-á no 1º dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até 02 (dois) dias úteis anteriores à data prevista para a abertura da sessão pública, contados da data marcada para a sessão pública, para conhecer as instalações.

3.1.1 – A vistoria deverá ser agendada de segunda-feira a sexta-feira, nos horários de 12h às 18h, com a Divisão de Engenharia- DIVENG da Diretoria de Infraestrutura e Obras do TJTO, pelos telefones (63) 3142-2712 ou (63) 3142-2702.

3.1.2 – Não será realizada vistoria sem prévio agendamento ou fora do prazo estabelecido.

3.1.3 – A vistoria poderá ser realizada por qualquer preposto da licitante, desde que possua conhecimento técnico suficiente para tanto, ou até mesmo ser terceirizada por profissional competente.

3.2 – Realizada a vistoria, a licitante receberá o Termo de Vistoria, emitido pela Diretoria de Infraestrutura e Obras/DIVENG.

3.3 – Caso a interessada opte por não realizar vistoria prévia, firmará Declaração de Dispensa de Vistoria, assinada pelo responsável técnico da licitante, na qual atestará o conhecimento pleno do local e das condições e peculiaridades da contratação, assumindo todo e qualquer risco por sua decisão e se comprometendo a prestar fielmente o serviço nos termos de sua proposta e do presente edital.

3.4 - O Termo de Vistoria ou a Declaração de Dispensa de Vistoria deverá ser apresentado(a) junto com a documentação de habilitação, de modo que a não apresentação dos mencionados documentos implica aceitação geral e irrestrita por parte da licitante das especificações e condições do objeto licitado e de sua plena execução.

3.5 - Local da vistoria: Fórum da Comarca de **Dianópolis**-TO, situado na Avenida Wolney Filho, QD 69, LT 01, Bairro Novo Horizonte – CEP 77300000, DIANÓPOLIS - TO.

3.6 - As demais disposições estabelecidas no item 3.8 do Anexo I do Edital (Projeto Básico).

CAPÍTULO IV – DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA

4.1 – A licitante deverá cadastrar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

4.2 – A licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico o **preço global**, observados o quantitativo estabelecidos no Anexo V do Projeto Básico (planilha orçamentária) bem como conforme especificações do objeto constantes deste edital.

4.2.1 – Os valores deverão ser expressos em algarismo arábico, na moeda Real, considerados apenas até os centavos, compreendendo todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento do objeto deste edital, em especial o frete, tributos e encargos sociais.

4.3 – Para o adequado cadastramento da proposta, a licitante deverá consignar, nos campos próprios, as informações exigidas pelo sistema, observando, para tanto, as especificações do objeto constantes deste Edital.

4.4 – O campo ‘Descrição Detalhada do Objeto Ofertado’ será destinado, a critério da licitante, às informações complementares da proposta, observando-se prazos e

condições de execução do objeto definidos no presente ato convocatório.

4.4.1 - A omissão dos prazos e condições fixados no subitem anterior implica a aceitação, por parte da licitante proponente, daqueles indicados neste edital.

4.5 - A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do edital.

4.5.1 - Para a efetivação do cadastro da proposta, a licitante deverá observar os campos do sistema eletrônico relativos às declarações de atendimento aos requisitos de habilitação e de conformidade da proposta com as exigências do edital.

4.6 - A licitante que se enquadre na definição de microempresa ou empresa de pequeno porte e queira se valer dos direitos de preferência previstos na Lei Complementar nº 123/2006 deverá declarar sua condição em campo próprio do sistema.

4.7 - Uma vez certificada após o devido processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, a declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta e/ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas neste edital, sem prejuízo de outras previstas em lei.

4.8 - Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta cadastrada.

4.9 - As propostas terão validade de 90 (noventa) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste edital.

4.9.1 - Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

4.10 - A apresentação da proposta implica a aceitação plena e total das condições deste edital e seus anexos.

CAPÍTULO V – DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E DA CLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA

5.1 - A abertura da sessão pública desta Concorrência Eletrônica, conduzida pelo Agente de Contratação, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste edital, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

5.2 - Durante a sessão pública, a comunicação entre o Agente de Contratação e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico (“chat”).

5.3 - Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da Concorrência, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão de sua própria desconexão ou diante de inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema.

5.4 - Se ocorrer desconexão do Agente de Contratação no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecerá acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

5.5 - No caso de a desconexão do Agente de Contratação persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão da Concorrência será suspensa automaticamente e terá reinício somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após comunicação expressa aos participantes no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

5.6 - O Agente de Contratação poderá suspender a sessão pública do certame, justificando, no “chat”, os motivos da suspensão e informando a data e o horário previstos para a reabertura da sessão.

5.7 - O Agente de Contratação desclassificará a proposta que identifique o licitante.

5.7.1 - A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.7.2 - A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.8 - O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

CAPÍTULO VI – DO INÍCIO DA DISPUTA, DA FORMULAÇÃO DE LANCES E DA NEGOCIAÇÃO

6.1 - A fase de lances desta Concorrência será processada pelo modo de disputa **“aberto e fechado”**, conforme procedimento estabelecido no art. 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022.

6.2 - Será adotado para o envio de lances na concorrência eletrônica o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.3 - A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.4 - Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo (menor preço ou maior desconto) e os das ofertas com preços até 10% por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.4.1 - Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.5 - Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores (menor preço ou maior desconto).

6.5.1 - Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.6 - Poderá o(a) Agente de contratação, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atenda às exigências de habilitação.

6.7 - A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento, ressalvado o disposto no item 6.2.

6.8 - Durante a etapa de envio de lances, tendo por fundamento o disposto nos arts. 5º, 9º e 11 da Lei nº 14.133/2021, o Agente de Contratação poderá desclassificar a proposta que possa comprometer a regularidade do certame, a dinâmica da disputa e/ou causar prejuízo à competitividade do processo licitatório, assim compreendidos:

6.8.1 – proposta que apresente objeto em manifesta desconformidade com as características especificadas no edital ou que apresente elemento que possibilite a pronta identificação da licitante;

6.8.2 - proposta com preços manifestamente inconsistentes ou inexequíveis;

6.9 – Serão considerados preços manifestamente inconsistentes ou inexequíveis quando ofertado valores ou percentuais simbólicos ou irrisórios, claramente incompatíveis com os praticados pelo mercado.

6.10 – Mediante decisão fundamentada registrada no sistema e acessível a todos, o Agente de Contratação apresentará as razões para a prévia desclassificação da proposta, esclarecendo os motivos que ensejaram a decisão em vista do disposto no item 6.8.

6.11 – Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do horário e do valor consignados no registro de cada lance.

6.11.1 - O lance deverá ser ofertado de acordo com o critério de disputa fixado no item 6.3 deste Edital.

6.12 – A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

6.12.1 – Para a formulação dos lances, a licitante deverá observar o intervalo mínimo de 0,10% (um décimo por cento).

6.13 – Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

6.14 – Havendo empate entre as ofertas, o sistema aplicará, sucessivamente, o disposto no art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 e, após, se for o caso, os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021.

6.14.1 - Empatadas as propostas iniciais e não havendo o envio de lances após o início da fase competitiva, aplica-se o disposto no subitem anterior.

6.14.2 - Persistindo o empate após a aplicação dos critérios referidos nos subitens anteriores, o desempate ocorrerá por meio de sorteio eletrônico a ser realizado pelo sistema.

6.15 – Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

6.15.1 - O licitante poderá uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.16 – Durante a “etapa aberta” da fase de lances, o Agente de Contratação poderá excluir o lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

6.16.1 – A possibilidade de exclusão de lance inexequível por parte do Agente de Contratação não desonera a licitante da responsabilidade pelo registro da oferta, ainda que haja erro manifesto.

6.17 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.18 - Se ocorrer à desconexão do Agente de Contratação no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecerá acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

6.19 - Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas, no mínimo, vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.20 - Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.21 - Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei n.º 14.133, de 2021.

6.21.1 - Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.21.2 - Conforme art. 8º da Resolução TJTO n.º 15/2024, nos termos do disposto no inciso III do caput do art. 60 da Lei nº 14.133/2021, serão consideradas ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nesta ordem:

I - medidas de inserção, de participação e de ascensão profissional igualitária entre mulheres e homens, incluída a proporção de mulheres em cargos de direção do licitante;

II - ações de promoção da igualdade de oportunidades e de tratamento entre mulheres e homens em matéria de emprego e ocupação;

III - igualdade de remuneração e paridade salarial entre mulheres e homens;

IV - práticas de prevenção e de enfrentamento do assédio moral e sexual;

V - programas destinados à equidade de gênero e de raça; e

VI - ações em saúde e segurança do trabalho que considerem as diferenças entre os gêneros

6.21.3 - Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

6.22 – Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, nos termos do art. 61 da Lei nº 14.133/2021, o Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas com a licitante mais bem classificada, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

6.22.1 – A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

6.22.2 - O Agente de Contratação deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

6.22.3 - Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação.

6.23 – Finalizada a negociação o Agente de Contratação solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.23.1 - É facultado ao Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo previsto no item 6.23.

6.24 - Após a negociação do preço, o Agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

CAPÍTULO VII – DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

7.1 - Aplicam-se à presente licitação as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, salvo nas hipóteses previstas no §1º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

7.2 - Somente farão jus aos critérios de preferência estabelecidos nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, as licitantes que se enquadrem nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e do §2º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021, devendo declarar tal condição em campo próprio do sistema na oportunidade de cadastramento da proposta.

7.3 – Havendo participação de microempresas e/ou empresas de pequeno porte na sessão de lances nos termos do subitem anterior, serão observados, antes da declaração da licitante vencedora, os critérios de preferência estabelecidos nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

7.3.1 – Encerrada a fase de lances, caso a melhor proposta não tenha sido formulada por microempresa ou empresa de pequeno porte e haja proposta apresentada por alguma licitante enquadrada na condição de ME/EPP, com valor até 10% (dez por cento) superior àquela melhor oferta, proceder-se-á da seguinte forma:

a) a microempresa ou empresa de pequeno porte será convocada a apresentar nova oferta que supere aquela considerada mais bem classificada, no prazo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão do direito de preferência, situação em que, atendidas às exigências habilitatórias, será declarada vencedora do certame;

b) não sendo vencedora da fase de lances a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada na forma da alínea anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na condição de ME/EPP e cujas propostas estejam dentro do limite fixado no *caput* deste subitem, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

7.3.2 – Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem anterior, será considerada como vencedora da fase de lances a licitante que, originalmente, tenha apresentado a melhor oferta durante a disputa.

7.4 – Caso constatado o extrapolamento do limite de enquadramento da ME/EPP, o Agente de Contratação relatará o fato em campo próprio do sistema e concederá à respectiva licitante a oportunidade de manifestação acerca da matéria, com vistas a, eventualmente, demonstrar a adequação de sua declaração de enquadramento como ME/EPP.

7.4.1 - Aplica-se o disposto no subitem anterior caso seja constatado, de ofício pelo Agente de Contratação ou mediante provocação de terceiro, que a licitante esteja contemplada em uma das hipóteses previstas no §4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 ou, ainda, tenha celebrado, no ano-calendário de realização da licitação, contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como ME/EPP, em atenção ao disposto no §2º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

CAPÍTULO VIII – DO JULGAMENTO

8.1 – O critério de julgamento adotado será o de **MAIOR DESCONTO**.

CAPÍTULO IX – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

9.1 – O Agente de Contratação solicitará à licitante vencedora o envio da proposta de preços devidamente adequada ao último lance, por meio de campo próprio do sistema.

9.2 – O prazo para envio da proposta é de, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Agente de Contratação a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

9.2.1 - Para a contagem do prazo de que trata o item anterior não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Agente de Contratação.

9.3 – A proposta de preços adequada ao último lance deverá ser encaminhada com as seguintes informações:

9.3.1 – número da Concorrência Eletrônica, identificação social, número do CNPJ responsável pela execução do objeto, assinatura do representante legal da proponente, **número de telefone, endereço, dados bancários, e indicação de endereço eletrônico (e-mail)**;

9.3.2 - indicação do responsável pela assinatura do contrato, com o número da carteira de identidade, CPF, e, caso não seja sócio da empresa, procuração passada em instrumento público ou particular, com poderes para assinatura do instrumento, em nome da proponente;

9.3.3 - indicação de preço em real, com indicação do **valor global**, se for o caso, bem como o valor total da proposta, em algarismos e por extenso, calculados com duas casas decimais, devendo ainda:

9.3.3.1 - planilha detalhada da proposta contendo preço global, expresso em moeda corrente nacional, de acordo com a planilha orçamentária (Anexo V do Edital), não podendo conter alterações;

9.3.3.2 – a composição de preços unitários deve ser apresentada para todos os itens constantes na planilha orçamentária detalhada (Anexo V do Edital).

9.3.3.3 - os quantitativos dos itens e subitens constantes da planilha detalhada da proposta deverão ser conferidos pelo licitante que, em caso de divergência, deverá formalizar consulta.

9.3.3.4 - as informações contidas na proposta de preços são de inteira responsabilidade da licitante, sendo que, os dados informados incorretos eximem a Comissão de Licitação de eventuais convocações e intimações, caso sejam necessárias a continuidade do certame.

9.3.3.5 - Devem ser observadas todas as disposições do item 8 do Anexo I do Edital (Projeto Básico).

9.3.4 – declaração expressa de estarem incluídos no preço proposto todos os impostos, taxas e encargos, bem como qualquer outra despesa, direta ou indireta, incidente na execução total da obra.

9.4 – Em caso de não envio da proposta no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Agente de Contratação, a licitante será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

9.5 – A proposta será desclassificada quando:

a) as especificações do objeto ofertado estiverem em manifesta desconformidade com as exigências estabelecidas no edital;

b) contiver valores simbólicos, irrisórios ou manifestamente inexequíveis, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie, de forma expressa e motivada, à parcela ou à totalidade de remuneração.

9.6 – Para fins de análise técnica do objeto ofertado na proposta e sua conformidade às especificações do instrumento convocatório, será colhida manifestação do setor demandante da aquisição/contratação ou da área técnica especializada no objeto.

9.7 - O Agente de Contratação examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade com as especificações técnicas estabelecidas no edital e quanto ao preço ofertado, que não poderá ser superior ao valor estimado constante no Projeto Básico (Anexo I do Edital).

9.8 – O Agente de Contratação poderá promover diligência destinada a embasar sua decisão no que tange ao julgamento da melhor proposta, admitindo a complementação de informações e a juntada posterior de documentos complementares à proposta.

9.9 - Havendo falhas na proposta, o Agente de Contratação deverá empreender diligências para a sua correção e/ou saneamento, de modo que a desclassificação da proposta somente será cabível se os vícios porventura existentes forem insanáveis, observando-se, para tanto, o disposto no inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133/2021.

9.10 – Se houver indícios de inexecutabilidade relativa da proposta, o Agente de Contratação deverá assegurar a licitante a oportunidade de demonstração e comprovação da viabilidade financeira e econômica da oferta aplicando-se, no que couber, o art. 34 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022.

CAPÍTULO X – DA HABILITAÇÃO

10.1 – A habilitação das licitantes será verificada por meio do SICAF, Nível I ao VI do Cadastro de Pessoa Jurídica, e da documentação especificada neste edital.

10.1.1 – Diante da expiração de validade dos documentos registrados no SICAF referentes aos Níveis III, IV e VI, as licitantes deverão apresentar documentação complementar a fim de suprir tais exigências, observado em relação às empresas enquadradas como ME/EPP o disposto no art. 43, §1º, da Lei Complementar nº 123/2006.

10.1.2 – Os documentos referidos no subitem anterior, constantes do SICAF, serão disponibilizados para acesso pelos interessados mediante link informado no chat da sessão pública no sistema *compras.gov.br*, em atendimento ao princípio da transparência.

10.1.3. Para efeitos de comprovação da regularidade fiscal estadual e municipal (Nível IV do SICAF), considera-se a certidão negativa de débitos ou certidão positiva com efeitos de negativa de débitos.

10.1.3.1. Não serão admitidas certidões específicas de tributos imobiliários para fins de comprovação do subitem anterior.

10.2 – Para fins de habilitação jurídica, o Agente de Contratação verificará a compatibilidade entre o objeto do certame e as atividades previstas como “objeto social” no ato constitutivo das licitantes, conforme natureza da pessoa jurídica.

10.2.1 - A incompatibilidade entre o objeto social e o objeto certame dará causa a inabilitação da licitante.

10.3 – Além dos documentos referentes à habilitação jurídica e à regularidade fiscal, social, previdenciária e trabalhista, a licitante deverá apresentar a seguinte documentação comprobatória dos requisitos de habilitação, caso ela não esteja disponibilizada digitalmente no SICAF.

10.3.1 – CAPACIDADE TÉCNICA:

a) Capacidade Técnico-Profissional:

a.1) A empresa CONCORRENTE deverá apresentar comprovação de que possui em seu quadro técnico, na data prevista para abertura das propostas,

profissional(is) de nível superior, **ENGENHEIRO CIVIL E/OU ARQUITETO E URBANISTA**, reconhecido(s) pelo CREA ou CAU, detentor de atestado(s) de responsabilidade técnica, devidamente registrado(s) no CREA ou CAU da região onde os serviços foram executados, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, expedida(s) por estes Conselhos, que comprove(m) ter o(s) profissional(is) executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresa privada, obras/ serviços de características técnicas similares às do objeto da presente licitação, não sendo admitidos atestado(s) de fiscalização e supervisão ou coordenação da execução de obras/ serviços.

a.1.1) O(s) profissional(is) que apresentar(em) as ARTs/CAT para comprovação da qualificação técnica acima deverá(ão), obrigatoriamente, ser o(s) responsável(is) pelo acompanhamento da execução dos serviços de que tratam o objeto desta contratação. Caso a contratada venha a alterar o responsável técnico posteriormente, deverá comprovar que o novo responsável possui a qualificação exigida no edital.

a.1.2) A LICITANTE deverá apresentar declaração de que o(s) responsável(eis) técnico(s) detentor(es) do(s) atestado(s) referido(s) no item "3.2." será(ão) o(s) responsável (eis) pela execução da Reforma do Fórum da Comarca de **Dianópolis-TO** objeto deste projeto básico, com informação do(s) respectivo(s) nome(s), CPF e nº do registro na entidade profissional competente, com o devido ciente do profissional, conforme modelo constante no anexo XIV (Modelo Declaração dos Resp. Técnicos) deste projeto básico. **Vale lembrar que o profissional indicado deverá participar da obra ou do serviço, admitindo sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração, conforme o § 6º do art. 67 da lei 14.133/21.**

a.2) Certidão de Registro, em vigor, de seus RESPONSÁVEIS TÉCNICOS no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia/CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanista/CAU da região a que estiverem vinculados.

b) Capacidade Técnico-Operacional:

b.1) Para atendimento à qualificação técnico-operacional, deverá apresentar prova de inscrição ou registro da licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil – CAU/BR, que comprove atividade relacionada com o objeto, apresentar em um ou mais atestado(s), **podendo somar os atestados**, para os itens de **maior relevância** mencionados abaixo, que comprove(m) que a licitante tenha executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresas privadas, os seguintes serviços com as respectivas quantidades mínimas, indicados abaixo:

I) Execução REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO PORCELANATO DE DIMENSÕES 80X80 CM fornecimento e instalação com metragem mínima executada de **650,00m²** (seiscentos e cinquenta metros quadrados)

II) Execução TELHAMENTO COM TELHA METÁLICA TERMOACÚSTICA E = 30 MM - fornecimento e instalação com metragem mínima executada de **800,00m²** (oitocentos metros quadrados)

III) Execução de PASSEIO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR COR NATURAL DE 20 X 10 CM, ESPESSURA 6 CM. fornecimento e instalação com metragem mínima executada de **630,00m²** (seiscentos e trinta metros quadrados)

IV) Execução de PINTURA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDES com metragem mínima executada de **1.350,00m²** (um mil trezentos e cinquenta metros quadrados)

b.1.1) Os itens relevantes são aqueles cujos serviços são fundamentais para o bom resultado almejado, podendo ser medidos tanto pela especificidade e/ou complexidade de execução quanto pela representatividade do seu valor financeiro e que podem ser constatados na faixa "A" da Curva ABC de Serviços (Anexo VI) juntamente com demais serviços iguais ou similares. Para tanto, será necessário que a empresa concorrente comprove a capacidade operacional dos itens a seguir.

b.1.1.1) Execução revestimento cerâmico para piso com placas tipo porcelanato com área mínima de 650,00 m²(seiscentos e cinquenta metros quadrados). Posicionado na faixa "A" da curva ABC, sendo o segundo item de maior relevância e valor significativo na planilha estimativa, conforme itens 10.1.1 e 22.1.1, da planilha orçamentária somando um total de 1.322,71 m², sendo o equivalente a 8,38% do custo total orçado.

b.1.1.2) Execução de Telhamento com Telha Termoacústica, com metragem mínima executada de 800m² (oitocentos metros quadrados). Por se tratar de item na faixa "A" da curva ABC, sendo o primeiro item de maior relevância e valor significativo na planilha estimativa, conforme itens 6.1, 18.1.2 e 31.6.1.5.2 da planilha orçamentária no qual corresponde a uma área de 1.658,30 m² que é o equivalente a 15,11% do custo total orçado.

b.1.1.3) Execução passeio intertravado, com bloco retangular cor natural de 20x10cm, espessura 6cm com área mínima de 630,00 m²(seiscentos e trinta metros quadrados). Posicionado na faixa "A" da curva ABC, sendo o terceiro item de maior relevância e valor significativo na planilha estimativa, conforme itens 23.1.1, e 10.4.1, da planilha orçamentária somando um total de 1.263,31 m², sendo o equivalente a 6,79% do custo total orçado.

b.1.1.4) Execução pintura látex acrílica, aplicação manual, duas demãos com área mínima de 1.350,00 m²(um mil trezentos e cinquenta metros quadrados). Posicionado na faixa "A" da curva ABC, sendo o oitavo item de maior relevância e valor significativo na planilha estimativa, conforme itens 11.2.1, 11.4.3 e 25.1.3, da planilha orçamentária somando um total de 2.725,73 m², sendo o equivalente a 1,86% do custo total orçado.

10.3.1.1 - Deverá(ão) constar, no(s) atestado(s) de capacidade técnico profissional e de capacidade técnico-operacional em destaque, os seguintes dados: data de início e término dos serviços; local de execução; nome e CNPJ do contratante; nome e CNPJ da contratada, bem como nome do(s) responsável(is) técnico(s), seu(s) título(s) profissional(is); especificações técnicas dos serviços e os quantitativos executados.

10.3.1.2 - Será permitido o somatório de mais de um Atestado de Capacidade Técnica para comprovação da capacidade técnico-operacional, em períodos concomitantes ou sucessivos, desde que em clientes diferentes.

10.3.1.3 - É facultada à Comissão de Licitação, ao Agente da contratação ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação relevante que deveria constar originariamente da proposta.

10.3.1.4 – Não serão considerados os atestados quando emitidos por pessoa jurídica de direito privado que integre, juntamente com a licitante, um

mesmo grupo econômico ou empresarial.

10.3.1.4.1 - Serão considerados como pertencentes ao mesmo grupo econômico ou empresarial, as empresas controladas ou controladoras da empresa licitante, ou que tenha pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica que seja sócio da empresa emitente e da empresa proponente.

10.3.2 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA conforme disposto no art. 69 da Lei nº 14.133, de 2021 a habilitação será restrita a apresentação da seguinte documentação:

a) Balanço Patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais.

a.1) que a licitante possui patrimônio líquido equivalente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação;

a.2) Os documentos referidos na alínea 'a' limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

b) Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de Insolvência Civil, expedida no domicílio da pessoa física.

b.1) No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, a licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58 da Lei nº 11.101/ 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

10.3.2.1 - Para fins de atendimento ao disposto na alínea “a” do item 10.3.2 deste edital, os documentos mencionados deverão ser apresentados da seguinte forma:

10.3.2.1.1 - Caso se trate de sociedade regida pela Lei Federal nº 6.404/1976 (sociedade anônima), balanços patrimoniais:

a) Publicados em Diário Oficial;

b) Publicados em jornal de grande circulação;

c) Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

10.3.2.1.2 - Caso se trate de sociedade por cota de responsabilidade limitada (LTDA) ou sociedade limitada unipessoal (SLU), balanços patrimoniais:

a) Extraídos do Livro Diário, acompanhado de cópia do Termo de abertura e encerramento, devidamente autenticado pela Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente;

10.3.2.1.3 - Sociedade criada no exercício em curso:

a) Cópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio das licitantes.

10.3.2.1.4 - Os tipos societários obrigados e/ou optantes pela Escrituração Contábil Digital (ECD), consoante disposições contidas no Decreto Federal nº 6.022/2007 e regulamentação editada pela Receita Federal do Brasil, apresentarão documentos extraídos do Sistema Público de Escrituração Digital (Sped), na seguinte forma:

a) Recibo de Entrega de Livro Digital transmitido através do Sistema Público de Escrituração Digital (Sped), desde que não haja indeferimento ou solicitação de providências;

b) Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário Digital extraídos do Sistema Público de Escrituração Digital (Sped);

c) Balanço e Demonstração do Resultado do Exercício extraídos do Sistema Público de Escrituração Digital (Sped).

10.3.3 - Além dos documentos referentes à habilitação jurídica e à regularidade fiscal, social, previdenciária e trabalhista, a licitante deverá:

a) Preencher em campo próprio do sistema, sob pena de inabilitação:

a.1) Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou menor de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

a.2) Declaração de inexistência de impedimento à sua habilitação, obrigando-se a comunicar a superveniência de ocorrência impeditiva ao TJ/TO;

a.3) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

a.4) Declaração, em campo próprio no sistema eletrônico, de que sob as penas da Lei, que não ultrapassou o limite de faturamento e cumpro os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, sendo apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar.

a.5) Declaração, em campo próprio no sistema eletrônico, de elaboração independente de proposta.

10.3.4 Apresentar Declaração de Vistoria ou de conhecimento das condições locais, conforme Anexo XV do Projeto Básico (Anexo I do Edital).

10.4 – Os documentos exigidos neste Capítulo que não estejam contemplados no SICAF ao tempo da consulta pela Administração, deverão ser enviados por meio do sistema, quando solicitado pelo Agente de Contratação, até a conclusão da fase de habilitação.

10.4.1 – O prazo para envio dos documentos de que trata o item 10.4 é de, no mínimo, 120 (cento e vinte) minutos, a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Agente de Contratação a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

10.4.2 – Para a contagem do prazo de que trata o item anterior, não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Agente de Contratação.

10.4.3 – Em caso de não envio dos documentos complementares no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Agente de Contratação, a licitante será inabilitada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

10.5 – O licitante se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos por ele encaminhados.

10.5.1 – Havendo dúvida razoável quanto à autenticidade ou em razão de outro motivo devidamente justificado, o Agente de Contratação, a qualquer momento, poderá solicitar ao licitante o envio, em original ou por cópia autenticada, dos documentos remetidos nos termos do item anterior.

10.5.1.1 – Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados ao setor de Licitações, Anexo I do TJTO, localizada no Edifício Amaro Empresarial, situada na Quadra 103 Norte, Rua NO 11, Lote 2, 7º Andar, Plano Diretor Norte, Palmas/TO, CEP 77.001-036, no prazo estipulado pelo Agente de Contratação.

10.6 – Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 10.4, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação para:

a) a aferição das condições de habilitação da licitante decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

c) a apresentação de documentos de cunho declaratório emitidos unilateralmente pela licitante.

10.6.1 – A apresentação de documentos complementares ou substitutivos será realizada nos termos do item 10.7 e, findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

10.7 – Caso seja necessário, para fins de confirmação, complementação, esclarecimento ou saneamento da documentação de habilitação, ou, ainda, nas hipóteses admitidas no item 10.6, o Agente de Contratação, a título de diligência, poderá solicitar à licitante o envio de documentação complementar, por meio do campo de “anexos” do sistema.

10.7.1 – O prazo para envio dos documentos é de, no mínimo, 120 (cento e vinte) minutos a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Agente de Contratação a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

10.7.2 – Para a contagem do prazo de que trata o item anterior não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Agente de Contratação.

10.7.3 – Em caso de não envio dos documentos complementares no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Agente de Contratação, a licitante será inabilitada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

10.8 – Os documentos de habilitação deverão se referir à empresa licitante, salvo quando, comprovadamente, após a data de emissão dos respectivos documentos, haja superveniente alteração contratual ou transferência de acervo técnico.

10.8.1. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

10.8.2 – Os documentos relativos à habilitação técnica e econômico-financeira poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial.

10.9 – Para fins de verificação das condições de habilitação, o Agente de Contratação poderá, diretamente, realizar consulta em sítios oficiais de órgãos e entidades cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública, constituindo os documentos obtidos como meio legal de prova.

10.9.1 - Considerando as peculiaridades técnicas do objeto, o Agente de Contratação poderá requisitar manifestação da unidade técnica responsável no âmbito do TJ/TO, a qual deverá ocorrer por meio de parecer técnico apto a embasar a decisão do Agente de Contratação.

10.10 – As microempresas ou empresas de pequeno porte, assim declaradas para efeito dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

10.10.1 – Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, na forma do art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006;

10.10.2 – A não regularização dos documentos, no prazo previsto no subitem acima, implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no §5º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

10.11 – O documento que não tiver prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor não será habilitante quando o intervalo entre a sua data de expedição ou de revalidação e a data de abertura da presente licitação for superior a 60 (sessenta) dias corridos.

10.12 – Na fase de habilitação, caso conste do SICAF a existência de “Ocorrências Impeditivas Indiretas” em relação à primeira classificada no certame, com fundamento no art. 160 da Lei nº 14.133/2021, o Agente de Contratação deverá promover diligências para o levantamento de conjunto de indícios no sentido de analisar a configuração da tentativa de fraude ou burla aos princípios estabelecidos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021 ou da configuração das hipóteses previstas no art. 5º, IV, “e”, e no art. 14 da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

10.12.1 – Constituem indícios para a configuração da tentativa de fraude ou burla a confusão societária e/ou o compartilhamento de estrutura humana e física entre as pessoas jurídicas envolvidas, em especial as seguintes características:

a) identidade dos sócios e/ou responsáveis técnicos;

b) atuação no mesmo ramo de atividades;

c) data de constituição da nova empresa posterior à data de instauração de processo administrativo apto à aplicação de sanção de suspensão/impedimento ou declaração de inidoneidade;

d) compartilhamento ou transferência da mesma estrutura física, técnica e/ou de recursos humanos.

e) identidade (ou proximidade) de endereço dos estabelecimentos;

f) identidade de telefones, e-mails ou demais informações de contato.

10.12.2 – Diante da presença de um conjunto convergente de indícios referidos no subitem anterior, o Agente de Contratação registrará, no “chat”, as ocorrências levantadas, suspenderá o certame e oportunizará à licitante o exercício do contraditório e da ampla defesa, em campo próprio do sistema, no prazo de 5 (cinco) dias, devendo a licitante apresentar todos os esclarecimentos e documentação tendentes a ilidir a suspeita da prática de comportamento ilícito.

10.12.3 – Constatada a tentativa de fraudar ou burlar os efeitos da sanção aplicada a outra empresa, com esteio no §1º do art. 14 c/c art. 160 da Lei nº 14.133/2021, o Agente de Contratação, ao estender à licitante os efeitos das sanções que acarretem a impossibilidade de licitar e contratar com a Administração:

a) inabilitará a licitante por inaptidão jurídica para assumir obrigações com a Administração;

b) relatará o fato à autoridade superior para a instauração de procedimento administrativo específico objetivando a apuração exauriente acerca dos fatos e a eventual responsabilização da licitante pela prática de comportamento inidôneo.

CAPÍTULO XI – DA DECLARAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA

11.1 – Diante da desclassificação ou inabilitação da primeira colocada, o Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da que melhor atenda a este edital.

11.2 – Constatado que a licitante detentora da melhor proposta atende às exigências habilitatórias fixadas neste edital, a licitante será declarada vencedora.

CAPÍTULO XII – DO RECURSO

12.1 – Qualquer licitante poderá, no prazo de até 10 (dez) minutos após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

12.1.1 – O registro da intenção de recurso deverá ser efetivado exclusivamente por meio do sistema, observando-se os procedimentos operacionais estabelecidos na plataforma Compras.gov.br.

12.1.2 – Após a declaração final da vencedora do certame, a licitante que tenha registrado a intenção de recurso na forma do item 12.1 deverá apresentar, em momento único, as razões recursais, exclusivamente em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis.

12.1.3 – Diante da apresentação das razões recursais, as demais licitantes ficam, desde logo, intimadas a apresentar as contrarrazões, também via sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, que começará a correr do término do prazo para o registro das razões recursais de que trata o item 12.1.2.

12.2 – Para a formulação das razões e contrarrazões recursais, havendo solicitação nesse sentido, será assegurada aos licitantes interessados, além dos documentos constantes do sistema, vista imediata dos autos do procedimento administrativo licitatório.

12.2.1 – Na análise do recurso, a Administração poderá promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos.

12.3 – O Agente de Contratação poderá reconsiderar ou não a decisão recorrida e, em caso de não reconsideração, os autos serão encaminhados à autoridade superior para julgamento do recurso, observados os prazos previstos no §2º do art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

12.4 – O provimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

CAPÍTULO XIII – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1 – O objeto desta Concorrência será adjudicado pela autoridade competente do TJ/TO.

13.2 – O objeto desta Concorrência será adjudicado globalmente à vencedora do certame.

13.2 – A homologação desta Concorrência compete à autoridade competente do TJ/TO.

CAPÍTULO XIV – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1 – As sanções previstas no caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, serão aplicadas de acordo com as disposições contidas na IN TJTO n.º 06/2021 (Anexo 3 do Edital), sem prejuízo da aplicação de outras penalidades cominadas no instrumento convocatório ou no contrato, quando a licitante praticar as condutas previstas em lei ou na citada Instrução Normativa.

14.2 – A recusa injustificada do fornecedor em assinar o instrumento contratual no prazo estabelecido nos itens 15.1 caracterizará o descumprimento total do compromisso assumido e o(a) sujeitará à multa de 20% (vinte por cento) sobre o seu valor total, sem prejuízo das outras sanções previstas em lei e no instrumento convocatório.

14.3 – Caso a licitante, por ação ou omissão, venha a praticar alguma das condutas infracionais previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, observado o devido processo administrativo sancionatório e as disposições da Instrução Normativa TJTO nº 6, de 31 de janeiro de 2023, ficará sujeito(a) às sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

14.3.1 - Em conjunto com as sanções previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, a autoridade competente poderá determinar a rescisão unilateral do ajuste.

14.4 - O atraso injustificado na execução do ajuste sujeitará o fornecedor à multa de mora, que será aplicada nos seguintes percentuais, tendo como base de cálculo o valor da parcela adimplida com atraso:

14.4.1 - 1% (um por cento) pelo 1º (primeiro) dia de atraso;

14.4.2 - 0,10% (um décimo por cento) por dia de atraso, a partir do dia 2º (segundo) até o 15º (décimo quinto);

14.4.3 - 0,25% (vinte e cinco centésimos percentuais) por dia de atraso, a partir do dia 16º (décimo sexto) até o 30º (trigésimo);

14.4.4 - Findo o prazo do subitem 15.1 será aplicada, de forma cumulada, multa punitiva nos limites fixados no item 14.4 e observados os critérios de dosimetria previstos na Instrução Normativa TJTO nº 6, de 31 de janeiro de 2023 (Anexo 3 do Edital).

14.5 - Ocorrendo alguma das hipóteses previstas no item 14.4 deste edital, a nota de empenho e o contrato poderão, a qualquer tempo, ser canceladas, sem prejuízo das demais sanções.

14.6 - A multa, aplicada após regular processo administrativo e garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa, será descontada das faturas emitidas pelo fornecedor ou, em último caso, cobrada judicialmente.

14.7 - Sem prejuízo das sanções previstas neste edital e seus anexos, os atos lesivos à administração pública previstos no inciso IV, do artigo 5º, da Lei nº 12.846/2013, sujeitarão os infratores às penalidades previstas na referida lei.

14.8 - Em qualquer hipótese de aplicação de sanções administrativas assegurar-se-á o direito ao contraditório e à ampla defesa.

CAPÍTULO XV – DA ASSINATURA DO CONTRATO, DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO

15.1 - Depois de homologado o resultado desta Concorrência, a licitante vencedora será convocada para assinar o contrato, dentro do prazo de **5 (cinco) dias úteis** de sua convocação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

15.1.1 - O prazo de convocação de que trata o item 15.1 poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da licitante vencedora durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

15.1.2 - Será permitida a assinatura eletrônica do contrato, mediante acesso ao Sistema Eletrônico de Informações (SEI), como usuário externo.

15.2 - Por ocasião da assinatura do contrato, verificar-se-á por meio do SICAF e de outros meios se a licitante vencedora mantém as condições de habilitação e, ainda, se atende ao disposto no §4º do art. 91 da Lei nº 14.133/2021.

15.3 - Conforme a Resolução nº 07/2005 do CNJ, é vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juizes vinculados ao Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

15.4 - O contrato a ser firmado vigorará nos termos do disposto no item 4.2 do Projeto Básico (Anexo I do Edital).

15.5 - As disposições acerca da gestão e fiscalização contratual estão dispostas no item 5 do Projeto Básico (ANEXO I) do edital.

15.6 - Caberá aos gestores designados pelo Presidente do TJ/TO promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento dos ajustes decorrentes do instrumento contratual, observado o disposto no Anexo V da Instrução Normativa TJTO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.

15.7 - A licitante vencedora deverá indicar preposto, durante o período de vigência, para representá-lo sempre que for necessário.

15.8 - No caso de a licitante vencedora, após convocada, não comparecer ou se recusar a assinar o instrumento contratual, sem prejuízo das punições previstas neste edital e em seus anexos, serão convocadas as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada.

15.9 - O contrato implicará compromisso de prestação dos serviços nas condições estabelecidas, após a sua disponibilização no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme previsto no art. 174, §2º, V, da Lei nº 14.133/2021.

CAPÍTULO XVI – DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1 - A despesa com a execução do objeto desta licitação correrá à conta da Classificação Orçamentária com valor de referência **R\$ 2.633.470,93 (dois milhões seiscentos e trinta e três mil quatrocentos e setenta reais e noventa e três centavos)** e será consignado:

Unidade Gestora: 060100- FUNJURIS

Classificação Orçamentária - PI: 0601.02.061.1145.3067

Natureza de Despesa: 44.90.51

Fonte de Recursos: 1.759

CAPÍTULO XVII – DA GARANTIA CONTRATUAL

17.1 - Com o intuito de assegurar a perfeita execução do objeto, bem como resguardar a Administração Pública em eventual ressarcimento, em caso de inadimplemento contratual, razão pela qual o percentual na garantia contratual da licitante vencedora de 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, conforme

Art. 16, § 1º, do Anexo III, da Instrução Normativa Nº 4, de 31 de janeiro de 2023.

17.2. A CONTRATADA deverá entregar ao Gestor do Contrato, que submeterá à Divisão de Contratos e Convênios - DCC do TJTO, antes da assinatura de termo de contrato, a título de garantia, a quantia equivalente a 5% (cinco por cento) do valor global da contratação, cabendo-lhe optar dentre as modalidades previstas no art. 96, § 1º, da Lei Nº 14.133/21.

17.3. A garantia será devolvida à CONTRATADA somente depois do cumprimento integral das obrigações assumidas, inclusive recolhimento de multas e satisfação de prejuízos causados ao CONTRATANTE.

17.4. A garantia deverá ter validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação.

17.5. Será exigida, nas **contratações de obras e serviços de engenharia**, a garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com esta Lei, em conformidade com o artigo 59, § 5º, da Lei 14.133/21.

17.6. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

17.6.1. Prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

17.6.2. Prejuízos causados à administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

17.6.3. As multas moratórias e punitivas aplicadas pelo CONTRATANTE à CONTRATADA; e

17.6.4. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.

17.7. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em instituição bancária indicada pelo CONTRATANTE, com correção monetária, em favor do CONTRATANTE.

17.8. A não renovação, tempestivamente, da Garantia do Contrato ensejará a suspensão de pagamentos até a regularização do respectivo documento, independentemente da aplicação das sanções contratuais.

17.9. Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento de multas, ela deve ser complementada no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, contado da solicitação do CONTRATANTE, a partir do qual se observará o disposto abaixo:

17.10. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação da multa de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia sobre o valor do contrato, por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

17.11. O atraso superior a 10 (dez) dias acarretará a rescisão unilateral do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021, sem prejuízo da multa prevista no item anterior.

17.12. O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

17.13 As demais disposições estabelecidas no item 13 do Anexo I do Edital (Projeto Básico).

CAPÍTULO XVIII - DO REGIME DE EXECUÇÃO

18.1 – O prazo de execução da obra/serviços será de **210 (duzentos e dez) dias consecutivos**, contados a partir do recebimento da ordem de serviço. Após o recebimento da ordem de serviço a CONTRATADA terá o prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos para iniciar a execução dos serviços.

18.2 – A ordem de serviço indicará detalhadamente: local de prestação de serviços, prazo, órgão requisitante, especificações, quantidades, e todas as informações que se fizerem pertinentes.

18.3 – Caberá ao contratado o recolhimento de materiais por ele fornecidos e considerados inadequados pelo gestor.

18.4 – As demais disposições estabelecida no **item 8 do Anexo I do Projeto Básico do Edital**.

18.2 – Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão deste contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila, conforme parágrafo 5º do Artigo 115 da Lei nº 14.133/2021.

CAPÍTULO XIX – DO PRAZO E DO LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

19.1 - O prazo de execução da obra/serviços será de **210 (duzentos e dez) dias consecutivos**, contados a partir do recebimento da ordem de serviço.

19.2 – A reforma deverá ser executada no Fórum da Comarca de **Dianópolis-TO**, situado na Avenida Wolney Filho, QD 69, LT 01, Bairro Novo Horizonte – CEP 77300000, DIANÓPOLIS - TO, **nos dias de segunda a sexta no horário de (08:00h às 18:00h)**, e caso haja necessidade, seja por fatores técnicos, logísticos e operacionais, a CONTRATADA poderá executar os serviços em fins de semana e feriados, desde que autorizadas e acordadas com o setor de fiscalização, de forma a cumprir o estabelecido no prazo de execução dos serviços, conforme o cronograma, **SEM** qualquer custo adicional para o CONTRATANTE, inclusive em relação aos custos necessários para implantação de condições adicionais de segurança, garantidos os direitos trabalhistas decorrentes, conforme descrições estabelecidas neste no Projeto Básico e seus Anexos.

CAPÍTULO XX – DA FORMA DE PAGAMENTO

20.1 – O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos, após o protocolo de recebimento da nota fiscal de serviços (momento em que o credor está adimplente com a obrigação firmada perante o TJTO), sendo que, recaindo sobre dias não úteis, o termo final será prorrogado para o dia útil subsequente:

20.1.1 - O pagamento será realizado, no prazo previsto no item anterior, por meio de ordem bancária em conta corrente indicada pelo fornecedor, quando mantidas as mesmas condições iniciais de habilitação e caso não haja fato impeditivo para o qual não tenha concorrido.

20.1.2 - O CNPJ constante da Nota Fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta e nota de empenho e vinculado à conta corrente do fornecedor.

20.2 – Caberá ao prestador de serviços apresentar, juntamente com a nota fiscal, os comprovantes atualizados de regularidade com a Fazenda Pública Federal, Estadual e Municipal, com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sob pena de aplicação das penalidades previstas no Capítulo XIV deste edital e do Anexo 2 do Edital (Contrato).

20.3 - Sobre a fatura incidirão os tributos legalmente instituídos e as multas que eventualmente vierem a ser aplicadas. Sendo o fornecedor isento ou beneficiário de redução de alíquota de qualquer tributo ou ainda optante pelo SIMPLES, deverá apresentar junto com a fatura, cópia do respectivo comprovante.

20.3.1. Nos casos de prestação de serviço/fornecimento de bem que envolvam outras empresas, a Contratada, ao apresentar a nota fiscal para pagamento, deverá apresentar também relatório analítico dos valores devidos a cada empresa envolvida na execução do objeto, uma vez que a retenção aplicável incidirá diretamente sobre o pagamento a ser realizado pelo Contratante.

20.3.1.2. O relatório previsto no subitem anterior deverá indicar, dentre outras informações, o CNPJ de cada empresa envolvida na execução do objeto.

20.4 – Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que o fornecedor providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o TJ/TO.

20.5 - Nenhum pagamento será efetuado ao fornecedor enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que o atraso decorrente gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

20.6 - O TJ/TO reserva-se o direito de não atestar a nota fiscal para o pagamento se os dados constantes da mesma estiverem em desacordo com os dados do fornecedor ou, ainda, se os materiais fornecidos não estiverem em conformidade com as especificações apresentadas neste instrumento convocatório e na proposta, ficando o pagamento suspenso até a regularização.

20.7 – Ocorrendo atraso de pagamento e, desde que o fornecedor não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo TJ/TO, entre o término do prazo referido no item 20.1 e a data do efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos em fatura própria, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i / 365 \quad I = 6 / 100 / 365 \quad I = 0,00016438$

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.

20.8 – As demais disposições estabelecidas no item 11 do Projeto Básico.

CAPÍTULO XXI - DA EXTINÇÃO

21.1 – A inexecução total ou parcial de eventual ajuste que venha a ser firmado em razão do Contrato poderá ensejar a rescisão do ajuste pela inexecução, conforme disposto nos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133, de 2021.

21.2 – A extinção do ajuste poderá ser:

I - por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a IX do art. 137 da Lei nº 14.133/2021, desde que o descumprimento contratual não tenha sido decorrente de sua própria conduta;

II – consensualmente, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração; ou

III – por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

21.3 – No caso de extinção amigável, a parte que pretender rescindir o contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.

21.4 – Tanto a extinção determinada por ato unilateral da Administração como a consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo procedimento administrativo:

21.4.1 - Os casos de extinção contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

21.5 - Quando a extinção se der por ato unilateral, além das sanções cabíveis previstas na Lei nº 14.133/2021, poderá ocorrer:

I - retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados ao CONTRATANTE e das multas aplicadas.

CAPÍTULO XXII – DO REAJUSTAMENTO DO PREÇO

22.1 - Os preços contratuais serão reajustados para mais ou para menos, com base no disposto do artigo 5º do Decreto Federal nº 1.054 de 7 de fevereiro de 2004, utilizando-se as colunas e os índices próprios de reajustamento para cada caso, fornecidos pela Tabela de Custo Nacional da Construção Civil e Obras Públicas da Fundação Getúlio Vargas, ou outro índice que venha a substituí-lo, e de acordo com a seguinte fórmula:

$$R = [(Im - Io)/Io] \times P$$

Onde:

R = valor de reajustamento procurado;

Im = índice relativo ao da data do adimplemento da obrigação;

Io = índice inicial – refere-se ao índice de custos ou preços correspondentes à data fixada para entrega da proposta da licitação; e

P = preço unitário contratado.

22.2 - Os pedidos de reajuste contratual serão recebidos e instruídos pelo gestor do contrato conforme art. 38 da Seção XIV da Instrução Normativa da Presidência do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.

CAPÍTULO XXIII - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

23.1 – Até o terceiro dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar ou solicitar esclarecimentos acerca do ato convocatório desta Concorrência mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico: cpl@tjto.jus.br

23.2 – Compete ao Agente de Contratação, auxiliado pelo setor técnico competente, decidir sobre as impugnações e responder aos pedidos de esclarecimento.

23.2.1 – A impugnação não enseja efeito suspensivo automático, devendo a Administração respondê-la em até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data prevista para a abertura do certame.

23.3 – Acolhida a impugnação contra este edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

23.4 – As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no Sistema Eletrônico Compras.gov.br e no campo de licitações do Portal da Transparência do TJ/TO.

CAPÍTULO XXIV - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

24.1 – O encaminhamento de proposta por meio do sistema eletrônico implica aceitação plena e irrestrita das condições e termos que regem a presente Concorrência Eletrônica por parte da licitante.

24.2 – Integram este edital os seguintes anexos:

Anexo 1 - Projeto Básico

ANEXO I - ESCRITURA PÚBLICA;

ANEXO II - RELATÓRIO DE CONDIÇÕES DO FÓRUM;

ANEXO III A - PROJETO ARQUITETÔNICO;

ANEXO III B - PROJETO DE ACESSIBILIDADE;

ANEXO III C - PROJETO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E CABEAMENTO;

ANEXO III D - PROJETO ESTRUTURAL;

ANEXO III E - PROJETO HIDROSSANITÁRIO;

ANEXO III F - PROJETO DE PREVENÇÃO COMBATE INCENDIO;

ANEXO IV - MEMORIAL DESCRITIVO;

ANEXO V - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA;

ANEXO VI - CURVA ABC DE SERVIÇOS;

ANEXO VII - COMPOSIÇÕES DE PREÇOS UNITÁRIOS;

ANEXO VIII - CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO;

ANEXO IX - DECLARAÇÃO DO AUTOR DA PLANILHA;

ANEXO X - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO;

ANEXO XI - MODELO DE COMPOSIÇÃO DO BDI;

ANEXO XII - MODELO DE COMPOSIÇÃO DE ENCARGOS SOCIAIS;

ANEXO XIII - ART E RRT - ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA;

ANEXO XIV - MODELO DECLARAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS TÉCNICOS;

ANEXO XV - MODELO DE VISTORIA OU DISPENSA DE VISTORIA;

ANEXO XVI - ALÍQUOTA ISSQN - INFORMAÇÃO;

ANEXO XVII - ITENS COM POSSIBILIDADE DE SUBCONTRATAÇÃO;

ANEXO XVIII - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO FAMILIAR;

ANEXO XIX - DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA COM PROJETOS AOS QUANTITATIVOS;

ANEXO XX - MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS.

ANEXO XXI - TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO;

ANEXO XXII - CERTIDÃO SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIO;

ANEXO XXIII - ALVARÁ DE LICENÇA REFORMA,

ANEXO XXIV - PLANILHA EDITÁVEL.

Anexo 2 - Minuta do Contrato

Anexo 3 – Instrução Normativa TJTO nº 6, de 31 de janeiro de 2023.

Anexo 4- Estudo Técnico Preliminar.

24.3 – Os atos normativos do TJ/TO referenciados neste edital podem ser consultados no sítio eletrônico: <http://www.tjto.jus.br/index.php/institucional/legislacao/interna>.

24.4 – É facultado ao Agente de Contratação, em qualquer fase da concorrência, promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo desta licitação, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos.

24.5 – No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

24.6 – As decisões do Agente de Contratação durante os procedimentos da concorrência serão fundamentadas e registradas no sistema com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

24.7 – A aplicação dos normativos expedidos pelo Órgão Central do Sistema de Serviços Gerais (SISG) limitar-se-á aos aspectos operacionais inerentes à parametrização do Sistema Eletrônico Compras.gov.br, prevalecendo os normativos regulamentares do TJ/TO no tocante à disciplina da fase preparatória da contratação, da atuação do Agente de Contratação, prazos e procedimentos atinentes ao envio de documentação pelas licitantes, diligências e saneamento de falhas, aplicação de sanções e procedimentos posteriores à homologação do certame.

24.8 – Os casos omissos e as dúvidas suscitadas em qualquer fase da presente concorrência serão resolvidos pelo Agente de Contratação.

24.9 - Para dirimir qualquer controvérsia decorrente da realização da presente Concorrência, que não possa ser resolvida administrativamente, fica definido o foro da Comarca de Palmas, no Estado do Tocantins, com exclusão de qualquer outro.

Palmas/TO, 03 de março de 2026.

Pauline Sabará Souza

Agente da contratação

ANEXO I

Projeto Básico Nº 9 / 2026 PRESIDÊNCIA/DIGER/DINFR/DIVENG

Data	Versão	Descrição	Autor
30/01/2026	1.0	Finalização da primeira versão	Edicarlos Batista de Freitas e Edward Afonso Kneipp

NOMENCLATURA:

CONTRATANTE Tribunal de Justiça do Estado do TOCANTINS – TJTO.

DINFR Diretoria de Infraestrutura e Obras do TJTO.

FISCALIZAÇÃO Engenheiro Civil indicado pela DINFR para fiscalizar serviços.

CONCORRENTE Empresa concorrente que participa da disputa no certame.

CONTRATADA Empresa vencedora da licitação, contratada para a execução dos serviços técnicos aqui discriminados.

Este documento estabelece as condições e os requisitos técnicos que deverão ser obedecidos pelas CONCORRENTES para participação no certame e as normas específicas para os serviços a serem executados pela CONTRATADA, devendo ser entendidas como complementares aos documentos contratuais. Nessas normas são discriminadas a caracterização técnica, as especificações de serviços/materiais, os procedimentos de execução, bem como as condições de fornecimento e aplicação dos materiais especificados.

1 - OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O presente Projeto Básico tem por objetivo a contratação de empresa especializada para realizar a obra de **Reforma** do Fórum da Comarca de Dianópolis-TO, sob regime de empreitada por preço **UNITÁRIO**, pelo critério de julgamento do **maior desconto**, em conformidade com este Projeto Básico e seus anexos, constantes nos autos do SEI nº 26.0.000002635-1.

1.2. Caracterização do objeto:

1.3. A obra de reforma do Fórum em comento, enquadra-se no conceito de **Obra**, trazido no parágrafo único, do art. 6º, inciso XXII da Lei 14.133/21, *ipsis litteris*:

Art. 6º Para os fins desta Lei, considera-se:

XII - obra: toda atividade estabelecida, por força de lei, como privativa das profissões de arquiteto e engenheiro que implica intervenção no meio ambiente por meio de um conjunto harmônico de ações que, agregadas, formam um todo que inova o espaço físico da natureza ou acarreta alteração substancial das características originais de bem imóvel;

1.4. Classifica-se a natureza do objeto desta contratação como obra **comum** de engenharia, sendo aquela obra corriqueira, cujos métodos construtivos, equipamentos e materiais utilizados para a sua feitura sejam frequentemente empregados em determinada região e apta de ser bem executada pela maior parte do universo de potenciais licitantes disponíveis e que, por sua homogeneidade ou baixa complexidade, não possa ser classificada como obra especial, conforme preceitua o artigo 2º, inciso XXX, da Instrução Normativa TJ/TO n.º 4/2023.

1.5. Tabela de descrição do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR ESTIMADO
1	Reforma do Fórum da Comarca de Dianópolis.	Código SIASG: CATSER – 5622 - Obras civis públicas (construção).	UNID	1	R\$ 2.633.470,93

1.6. Os serviços de Reforma serão executados no Fórum de Dianópolis -TO, Avenida Wolney Filho, QD 69, LT 01, Bairro Novo Horizonte – CEP 77300000, DIANÓPOLIS - TO, conforme descrições estabelecidas nos anexos deste projeto básico.

1.7. O edifício no qual será executado a obra conta com a CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR registrado no Livro 2-A/A de Registro Geral, às fls. 140, a matrícula sob nº 4.806 e o registro sob nº01, feitos em 19 de Agosto de 2010. expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis e Tabelionato 1º de Notas de Dianópolis - TO. ANEXO I.

1.8. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

1.8.1 A presente contratação justifica-se pela necessidade de reforma do prédio do Fórum da Comarca de Dianópolis, considerando que o imóvel foi inaugurado em 29.01.2007 e, desde então, não passou por qualquer reforma estrutural significativa.

1.8.2 Ressalte-se que, embora o procedimento de contratação já tenha sido Processo SEI nº 23.0.000008428-0, **a execução dos serviços não se concretizou**, permanecendo inalteradas as condições físicas e funcionais do edifício, o que reforça a necessidade atual da intervenção. Tendo transcorrido 16 (dezesseis) anos sem adequações estruturais relevantes, verifica-se o natural desgaste dos materiais construtivos, a insuficiência dos espaços físicos e a consequente perda de qualidade no atendimento ao público, agravada pelo aumento das demandas jurisdicionais ao longo do tempo.

1.8.3 Atualmente, as atividades jurisdicionais, especialmente a realização de audiências e julgamentos, ocorrem em espaços físicos inadequados, exigindo o constante remanejamento de computadores, impressoras e demais equipamentos de informática. Tal situação gera desconforto aos servidores, magistrados, advogados e cidadãos, além de comprometer a eficiência operacional e administrativa da unidade judiciária.

1.8.4 Ademais, o prédio do Fórum apresenta deficiências de acessibilidade em desacordo com a NBR 9050 (Norma Técnica Brasileira de Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos), bem como problemas de infraestrutura e sustentabilidade predial. Tais irregularidades não puderam ser solucionadas por meio de manutenção predial ordinária realizada por esta Diretoria de Infraestrutura e Obras do Tribunal de Justiça, em razão da complexidade técnica e dos custos envolvidos, os quais extrapolam o caráter de reparos rotineiros. A não execução do contrato Processo SEI nº 23.0.000008428-0 torna ainda mais necessária e urgente a contratação, uma vez que as condições estruturais permanecem inadequadas e podem afetar, ainda que indiretamente, a produtividade da unidade jurisdicional e a adequada prestação jurisdicional à sociedade.

1.8.5 CONSIDERANDO que os tribunais precisam oferecer um ambiente seguro e privado para a condução de procedimentos legais, como depoimentos de

testemunhas e audiências, em especial menores de idade vítimas de violências das mais diversas. Isso ajuda a proteger os direitos e a integridade das partes envolvidas;

1.8.6. CONSIDERANDO que as instalações judiciais inadequadas podem levar a congestionamentos, atrasos e ineficiências no sistema judicial;

1.8.7. CONSIDERANDO que um espaço apropriado para advogados, promotores, magistrados e servidores é fundamental para o bom funcionamento do sistema judiciário e para garantir que esses profissionais possam desempenhar suas funções de maneira eficaz;

1.8.8. Saliente-se, por oportuno, elucidarmos que todos os serviços da contratação de empresa especializada em engenharia para a execução de serviços de Reforma do Fórum da Comarca de Dianópolis-TO, estão descritos neste Projeto Básico e deverão ser executados em completa obediência aos princípios de boa técnica, devendo satisfazer rigorosamente às especificações das Normas Técnicas Brasileiras vigentes e a Resolução nº 652, de 29 de setembro de 2025.

1.8.9. O projeto básico de reforma do Fórum de Dianópolis-TOs, elaborado pela **Diretoria de Infraestrutura e Obras do TJTO**, apresenta o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra pretendida, objeto da licitação, que asseguram a viabilidade técnica e que possibilitam a correta elaboração dos custos da obra. Vide Planilha orçamentaria (Anexo V), Curva ABC de Serviços (Anexo VI) e Composições de preços unitários (Anexo VII).

1.8.10. Imperioso informar que NÃO há neste Tribunal de Justiça contratos ou ajustes vigentes ou vencidos para o mesmo objeto, conforme preceitua o artigo 4º, inciso II, alínea "d" do Anexo III, da IN 4/2023.

1.8.11. Assim, visando atender esta demanda e, conseqüentemente, melhorar a qualidade do ambiente de trabalho e atendimento à população, este projeto básico possui justificativa para sua implementação.

1.9. VALOR ESTIMADO

1.9.1. O valor total estimado para a execução dos serviços é de R\$ 2.633.470,93 (dois milhões, seiscentos e trinta e três mil quatrocentos e setenta reais e noventa e três centavos), conforme a planilha orçamentária apresentada no ANEXO V, com as respectivas composições de BDI e Leis Sociais detalhadas.

1.9.2. O valor previamente estimado nesta contratação é compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

1.9.3. O orçamento estimado utilizou as Composições de Custos Unitários, os Coeficientes e os Preços dos Insumos da tabela do **Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI)**, com desoneração, mês de referência **novembro/2025**, que é a tabela de referência pública nacional de orçamentos de obras em geral, mantido e divulgado pela Caixa Econômica Federal (CEF), que informa os custos e índices da Construção Civil no Brasil.

1.9.4. Para os serviços e insumos não constantes na tabela **SINAPI**, foram utilizadas as Composições de Custos Unitários, os coeficientes e os preços dos insumos da tabela da Diretoria de Infraestrutura e Obras do Estado do Tocantins (DINFR), composições próprias do TJTO oriundas de contratações similares de reformas nos fóruns do Estado realizada pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente, bem como, referências públicas regionais e cotações de mercado, conforme Planilha Orçamentária (Orçamento Sintético) ANEXO V.

1.9.5. Por se tratar de uma obra de edificação onde o custo com mão de obra é elevado, esta administração adotou os custos de referência com desoneração, acrescentando o percentual de 3,00% (três por cento) da CPRB ao BDI referencial (ANEXO XI), totalizando o valor de 26,63%.

1.9.6. O CONCORRENTE deverá elaborar o orçamento, por sua inteira responsabilidade, contendo, Orçamento Sintético e Orçamento Analítico, de acordo com as planilhas orçamentárias do CONTRATANTE, em anexo.

1.9.7. Nos preços cotados, deverão estar incluídos todos os insumos que os compõem, tais como despesas com impostos, taxas, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto.

1.9.8. Todos os dados informados pela CONCORRENTE em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.

1.9.9. Na composição de preços unitários, o CONCORRENTE deverá apresentar valores referentes à mão de obra de acordo com o estabelecido pela tabela SINAPI, não podendo ser inferiores aos pisos salariais normativos da categoria correspondente, estabelecido em Dissídio Coletivo, Acordos ou Convenções Coletivas de Trabalho.

1.9.10. Cada CONCORRENTE deverá apresentar o detalhamento analítico das respectivas composições de BDI e ENCARGOS SOCIAIS em conformidade com planilha orçamentária ANEXO V.

1.9.11. Será de inteira responsabilidade da CONCORRENTE obter, dos órgãos competentes, informações sobre a incidência ou não de tributos e taxas de qualquer natureza devidas para o fornecimento do objeto desta licitação, nos mercados interno e/ou externo, não se admitindo alegação de desconhecimento de incidência tributária, ou outras correlatas.

1.9.12. O preço global orçado da obra é resultante da composição dos custos unitários diretos, acrescido do percentual de Benefícios e Despesas Indiretas – BDI.

1.9.13. A planilha orçamentária fornecida neste Projeto Básico, ANEXO V, deverá ser usada pelos licitantes como referência para elaboração dos seus próprios orçamentos, que deverão ser apresentados com os custos unitários de cada item dos serviços, constando o valor de material e mão-de-obra, conforme ANEXO X – Modelo de Proposta de Preços.

1.9.14. Será também necessário que a licitante faça o preenchimento do ANEXO XII - Modelo de Composição de Encargos Sociais.

1.9.15. Na formação do preço que constará na proposta da licitante poderão ser utilizados custos unitários diferentes daqueles utilizados por esta Administração, desde que o preço global orçado seja igual ou menor que o valor de referência.

1.9.16. A licitante deverá apresentar planilha de composição dos encargos sociais de horistas e de mensalistas, devidamente preenchida conforme modelo constante. Os encargos sociais estão embutidos no valor de cada mão de obra da planilha orçamentária.

1.9.17. Aos preços de materiais, não houve minoração de 5%, correspondente à provável economia de escala devido às compras em grandes quantidades.

1.9.18. Consta neste Projeto Básico a DECLARAÇÃO dos Responsáveis Técnicos declarando que o orçamento atende o disposto no art. 13, item "c" da Resolução nº 652 de 29/09/2025 – CNJ. ANEXO IX.

1.9.19. Foi observado e cumprido o estabelecido no caput e incisos do art. 23, § 2º, I, II, III e IV, da Lei nº 14.133/2021.

2. FORMA DE CONTRATAÇÃO:

2.1. A contratação da aludida reforma será licitada sob o regime de **empreitada por preço UNITÁRIO**, nos termos dos **art. 6º, inciso XXVIII da Lei n. 14.133/2021**, por se tratar de uma obra tipo reforma no qual **NÃO** há como precisar com extrema exatidão os quantitativos dos serviços, uma vez que, obras de reformas pode-se haver várias situações imprevisíveis que afetarão na determinação precisa do objeto de contrato.

2.2. A empreitada por preço **UNITÁRIO** caracteriza-se pela contratação da execução do serviço por preço certo de unidades determinadas. Neste regime, o pagamento é realizado por unidades de serviços executados. Portanto, é imprescindível que o edital estabeleça com clareza os critérios de medição a serem adotados na quantificação dos serviços, de maneira a impedir a adoção, durante a execução do contrato, de critérios de quantificação divergentes dos utilizados no projeto e na elaboração das composições de custo unitário pelo contratante.

2.3. O entendimento de Marçal Justen Filho acerca da distinção do conceito de empreitada por preço global e por preço unitário, *ipsis litteris*:

"A diferença entre as modalidades de empreitada não envolve direta e exclusivamente o valor a ser pago ao particular, mas o critério para apuração desse valor. Sendo por preço global, o contrato definirá o valor devido ao particular tendo em vista o seu todo. Sendo por preço unitário, a prestação devida ao particular será fixada em função de unidades a serem executadas. Não significa que, em um caso, a Administração contrate o total e, no outro, apenas uma parte. De regra, o contrato tem um objeto global, a ser executado pelo particular. A escolha entre as duas modalidades deriva das características da própria prestação. Muitas vezes, é impossível a contratação por preço unitário, pois é impossível fracionar o objeto contratado em unidades equivalentes. Assim, por exemplo, a contratação de um jurista para fornecer um parecer não comporta a modalidade 'empreitada por preço unitário'. Se, porém, o jurista for contratado para fornecer dez pareceres, seria imaginável fixar sua remuneração em função de cada parecer fornecido.(...)"

2.4. Sobre empreitada por preço **unitário**, vale observar o recente Acórdão nº 1643/2024 Plenário (Auditoria, **Relator Ministro Benjamin Zymler**) datado de 14.08.2024, do Tribunal de Contas da União, *in verbis*:

"Acórdão 1643/2024 Plenário (Auditoria, Relator Ministro Benjamin Zymler)

Licitação. Regime de execução contratual. Empreitada por preço unitário. Quantificação. Imprecisão. Obras e serviços de engenharia.

A empreitada por preço unitário (art. 6º, inciso XXVIII, da Lei 14.133/2021) deve ser utilizada para objetos que, por sua natureza, possuem imprecisão inerente de quantitativos em seus itens orçamentários, como, por exemplo, remanejamento de interferências, volume de entulho em reformas, compensações entre corte e aterros em terraplenagem, comprimento de estacas cravadas, cubagem de bota-fora."

2.5. Assim, tendo em vista o art. 6º, inciso XXVIII da Lei n. 14.133/2021 e o Acórdão do TCU nº 1643/2024, verifica-se que o regime que melhor se encaixa é a **"EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO"**.

2.6. TIPO DE CONTRATAÇÃO

2.6.1. Tipo de contratação será **LICITAÇÃO** Pública por ser a melhor que se enquadra nesta contratação, conforme o art. 5º, inciso I, do Anexo III, da Instrução Normativa Nº 4, de 31 de janeiro de 2023, deste Tribunal de Justiça do Tocantins.

2.7. MODALIDADE LICITATÓRIA ESCOLHIDA

2.7.1. Para esta contratação será a modalidade licitatória da concorrência eletrônica, considerando que a nova lei de licitações traz como obrigatória a licitação da concorrência para a contratação de obras e serviços comuns e especiais de engenharia, conforme dispõe no inciso XXXVIII, art. 6º, da lei 14.133/2021, *ipsis litteris*:

"Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

[...]

XXXVIII - concorrência: modalidade de licitação para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia, cujo critério de julgamento poderá ser:

- a) menor preço;
- b) melhor técnica ou conteúdo artístico;
- c) técnica e preço;
- d) maior retorno econômico;
- e) maior desconto;"

2.7.2. Nesse sentido, ensina-nos Joel de Menezes Niebuhr o que se segue:

"[...] nos termos estritos da Lei nº 14.133/2021: (i) obra de engenharia não pode, qualquer que seja a obra, ainda que considerada comum, ser licitada por meio da modalidade pregão, deve ser por meio da modalidade concorrência; (ii) serviços de engenharia comuns podem ser licitados por meio da modalidade pregão ou da concorrência; (iii) serviços de engenharia não comuns, qualificados como especiais, devem ser licitados por meio da modalidade concorrência."

2.7.3. À luz de tais considerações, não resta dúvida, portanto, quanto ao acerto na escolha da **CONCORRÊNCIA** na espécie.

2.8. DA NÃO ADOÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP

2.8.1. Não será usado o Sistema de Registro de Preços -SRP, haja vista **NÃO** se enquadrar na modalidade pretendida dos serviços a serem contratados pela Administração, pois os serviços **NÃO** serão eventual e futura e **NEM** será por conveniência da prestação dos serviços com previsão de serem de forma parcelados conforme a necessidade.

2.9. CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA CONTRATAÇÃO

2.9.1. A Lei nº 14.133/2021 traz 6 (seis) critérios para o julgamento das propostas visando determinar quem se sagrará vencedor do certame licitatório, são eles: a) menor preço; b) maior desconto; c) melhor técnica ou conteúdo artístico; d) técnica e preço; e) maior lance; f) maior retorno econômico.

2.9.2. O segundo (maior desconto) é da mesma forma que o menor preço, o **MAIOR DESCONTO** é um critério de julgamento que leva em consideração o menor dispêndio para a Administração Pública, incluídos os custos indiretos objetivamente mensuráveis. Entretanto, aqui, **a proposta vencedora será aquela que oferecer o maior desconto em relação ao preço global fixado no edital de licitação, margem que deve ser estendida aos eventuais termos aditivos.**

2.9.3. A adoção desse critério está prevista no art. 34 da NLLC, senão vejamos:

“Art. 34. O julgamento por menor preço ou maior desconto e, quando couber, por técnica e preço considerará o menor dispêndio para a Administração, atendidos os parâmetros mínimos de qualidade definidos no edital de licitação.”

2.9.4. Portanto, o melhor modelo que se amolda a contratação em tela é o critério de julgamento de **“MAIOR DESCONTO”**.

2.9.5. O critério de **maior desconto** consiste na escolha da proposta que oferecer o **maior abatimento percentual** sobre o valor estimado pela Administração, conforme previsto no edital. Este desconto deve incidir **de forma linear e proporcional sobre todos os itens** da planilha de composição de preços, garantindo a isonomia entre os licitantes, a transparência do julgamento e a viabilidade da execução contratual.

2.9.6. Diante do exposto, entende-se que o critério mais adequado ao objeto desta contratação é o de **maior desconto linear**, por refletir com fidelidade os princípios da economicidade, da competitividade e da isonomia, que regem os processos licitatórios sob a égide da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

2.10. ADJUDICAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.10.1. Foi escolhida a adjudicação **GLOBAL** devido às seguintes motivações:

- a) Os serviços serão realizados numa mesma área, sendo que há interdependência entre as instalações civis, hidrossanitárias e elétricas.
- b) A execução do objeto parcelado por vários contratantes aumentaria o risco de problemas na atribuição de responsabilidade pela garantia do bom funcionamento da edificação;
- c) No caso da escolha pelo objeto parcelado, as etapas procedimentais relativas à licitação, formalização e gerenciamento do contrato, aquisição e recebimento dos materiais e serviços e controle dos atos processuais demandariam mais tempo e custo administrativo.
- d) Do ponto de vista financeiro, a subdivisão do lote em itens traria perda da economia de escala, uma vez que o fornecimento por empresas distintas traria aumento dos custos aos licitantes vencedores.

2.11. JUSTIFICATIVA PARA NÃO PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS DE EMPRESAS

2.11.1. Sobre a participação de consórcios em processos licitatórios, Marçal Justen Filho expõe da seguinte forma:

“Há hipóteses em que as circunstâncias do mercado e (ou) a complexidade do objeto tornam problemática a competição. Isso se passa quando grande quantidade de empresas isoladamente, não dispuserem de condições para participar da licitação. Nesse caso, o instituto do consórcio é a via adequada para propiciar ampliação do universo de licitantes” Comentário à lei de Licitações e Contratos Administrativos, 15ª ed., Dialética, 2012, p. 565)

2.11.2. Como o objeto desta contratação não é complexo nem de grande vulto, havendo diversas empresas que possuem o conhecimento técnico e a capacidade financeira para sua execução, a participação de consórcios nessa contratação é **VEDADA**.

2.12. SUBCONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS

2.12.1. É vedada à subcontratação total dos serviços do objeto deste Projeto Básico.

2.12.2. **NÃO** será exigido o limite de percentual **mínimo** do objeto contratado na subcontratação parcial.

2.12.3. Será admitida a subcontratação **PARCIAL**, com autorização prévia da FISCALIZAÇÃO, no limite **MÁXIMO de 25,00% (vinte e cinco por cento)** do objeto contratado.

2.12.4. A subcontratação depende de autorização prévia do CONTRATANTE. Além disso, a subcontratada deverá cumprir os requisitos de **regularidade fiscal, trabalhista e previdenciário**.

2.12.5. Será permitida a subcontratação do percentual das quantidades dos serviços constantes no ANEXO XVII - **ITENS COM POSSIBILIDADE DE SUBCONTRATAÇÃO**, deste Projeto Básico.

2.12.6. Não será admitida a subcontratação exclusiva de mão-de-obra.

2.12.7. Dispõe com o art. 122 da Lei 14.133/2021, que o CONTRATADO, na execução do contrato e sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar partes da obra, do serviço ou do fornecimento até o limite autorizado, em cada caso, pela Administração. Competindo àquele (CONTRATADO) apresentar documentação que comprove a capacidade técnica da subcontratação, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

2.12.8. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica,

financeira, trabalhista com dirigente do órgão ou entidade do Tribunal de Justiça do Tocantins ou com agente público que desempenhe função na Concorrência Eletrônica ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, conforme determinação do § 3º do art. 122, da Lei nº 14.133/2021.

12.12.9. A CONTRATADA tomará as providências cabíveis e se responsabilizará pela plena observância, por parte das empresas subcontratadas das determinações deste Projeto Básico, do Contrato e documentos relacionados;

12.12.10. Na hipótese de ser realizada a subcontratação, a CONTRATADA diligenciará junto ao Órgão no sentido de serem rigorosamente cumpridas às obrigações contratuais, especialmente quanto à fiel e perfeita execução dos serviços subcontratados, ficando diretamente responsável, perante o CONTRATANTE, pelas obrigações assumidas pela subcontratada. Fica ainda a CONTRATADA obrigada a emitir ART dos serviços subcontratados. O CONTRATANTE não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da CONTRATADA para outros, sejam profissionais ou empresas subcontratadas;

12.12.11. Ademais, a CONTRATADA deverá certificar-se da conformidade documental e habilitação da subcontratada, inclusive quanto à compatibilidade da empresa frente ao Atestado de Capacidade Técnica apresentado, devendo a CONTRATADA zelar rigorosamente pela execução dos serviços subcontratados.

12.12.12. Será exigida da empresa subcontratada a documentação relativa à qualificação técnico-profissional em conformidade com o art. 67, inciso I, da Lei 14.133/2021, apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação.

12.12.13. A subcontratação na Lei 14.133/2021, autoriza que, na execução do contrato e sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, o contratado subcontrate parte da obra, do serviço ou do fornecimento de bens a um terceiro, denominado de subcontratado, independente de seu porte (grande, média ou pequena entidade empresarial), até o limite autorizado, em cada caso, pela Administração.

12.12.14. Neste compasso, CONSIDERANDO a autorização dada pela Lei 14.133/2023, entendemos que **NÃO** será obrigatório que o CONTRATADO faça a subcontratação de microempresas ou empresas de pequeno porte, e sim facultativa; podendo ser contratado qualquer empresa de pequeno, médio e grande porte, conforme descrita acima.

2.13. APLICAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006

2.13.1. As microempresas, empresas de pequeno porte ou sociedades cooperativas receberão tratamento diferenciado a ser especificado em edital, conforme previsto no art. 47 da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006. Tal medida em como objetivo fomentar o desenvolvimento dessas empresas, permitindo que elas possam competir de forma mais equilibrada com as demais empresas no mercado.

2.14. DIREITO DE PREFERÊNCIA

2.14.1. Não há direito de preferência para a contratação, conforme artigo 5º, inciso IX, do Anexo III, da IN 4/2023.

3. REQUISITOS DO FORNECEDOR

3.1. Serão exigidos para a comprovação da qualificação técnica:

3.2. **CAPACITAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL:** A empresa CONCORRENTE deverá apresentar comprovação de que possuir em seu quadro técnico, na data prevista para abertura das propostas, profissional(is) de nível superior, **ENGENHEIRO CIVIL E/OU ARQUITETO E URBANISTA**, reconhecido(s) pelo CREA ou CAU, detentor de atestado(s) de responsabilidade técnica, devidamente registrado(s) no CREA ou CAU da região onde os serviços foram executados, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, expedida(s) por estes Conselhos, que comprove(m) ter o(s) profissional(is) executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresa privada, obras/serviços de características técnicas similares às do objeto da presente licitação, não sendo admitidos atestado(s) de fiscalização e supervisão ou coordenação da execução de obras/ serviços.

3.2.1. O(s) profissional(is) que apresentar(em) as ARTs/CAT para comprovação da qualificação técnica acima deverá(ão), obrigatoriamente, ser o(s) responsável(is) pelo acompanhamento da execução dos serviços de que tratam o objeto desta contratação. Caso a contratada venha a alterar o responsável técnico posteriormente, deverá comprovar que o novo responsável possui a qualificação exigida no edital.

3.2.2. Certidão de Registro, em vigor, de seus RESPONSÁVEIS TÉCNICOS no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia/CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanista/CAU da região a que estiverem vinculados.

3.2.3. Com o intuito de tornar mais célere a análise do agente de contratação, deverão ser destacados (**grifados**), nos atestados, os itens correspondentes às solicitações de qualificação técnica prevista no Edital.

3.2.4. A LICITANTE deverá apresentar declaração de que o(s) responsável(eis) técnico(s) detentor(es) do(s) atestado(s) referido(s) no item "3.2." será(ão) o(s) responsável(eis) pela execução da Reforma do Fórum da Comarca de Dianópolis-TO objeto deste projeto básico, com informação do(s) respectivo(s) nome(s), CPF e nº do registro na entidade profissional competente, com o devido ciente do profissional, conforme modelo constante no anexo XIV (Modelo Declaração dos Resp. Técnicos) deste projeto básico. **Vale lembrar que o profissional indicado deverá participar da obra ou do serviço, admitindo sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração, conforme o § 6º do art. 67 da lei 14.133/21.**

3.3. CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL: Para atendimento à qualificação técnico-operacional, deverá apresentar prova de inscrição ou registro da licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil – CAU/BR, que comprove atividade relacionada com o objeto, apresentar em um ou mais atestado(s), **podendo somar os atestados**, para os itens de **maior relevância** mencionados abaixo, que comprove(m) que a licitante tenha executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresas privadas, os seguintes serviços com as respectivas quantidades mínimas, indicados abaixo:

I) Execução REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO PORCELANATO DE DIMENSÕES 80X80 CM fornecimento e instalação com metragem mínima executada de **650,0m²** (seiscentos e cinquenta metros quadrados)

II) Execução TELHAMENTO COM TELHA METÁLICA TERMOACÚSTICA E = 30 MM - fornecimento e instalação com metragem mínima executada de **800,00m²** (oitocentos metros quadrados)

III) Execução de PASSEIO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR COR NATURAL DE 20 X 10 CM, ESPESSURA 6 CM. fornecimento e

instalação com metragem mínima executada de **630,00m²** (seiscentos e trinta metros quadrados)

IV) Execução de PINTURA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDES com metragem mínima executada de **1.350,00m²** (um mil trezentos e cinquenta metros quadrados)

3.3.1. O Agente de contratação de Licitação poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, para verificar as condições de habilitação das licitantes, bem como abrir diligência para averiguar a comprovação dos atestados técnicos devidamente apresentados por ocasião do certame da licitação.

3.3.2. Justificativa dos itens relevantes a serem considerado no processo licitatório:

3.3.2.1. Os itens relevantes são aqueles cujos serviços são fundamentais para o bom resultado almejado, podendo ser medidos tanto pela especificidade e/ou complexidade de execução quanto pela representatividade do seu valor financeiro e que podem ser constatados na faixa "A" da Curva ABC de Serviços (Anexo VI) juntamente com demais serviços iguais ou similares. Para tanto, será necessário que a empresa concorrente comprove a capacidade operacional dos itens a seguir.

3.3.2.2. **Execução revestimento cerâmico para piso com placas tipo porcelanato com área mínima de 650,00 m²**(seiscentos e cinquenta metros quadrados). Posicionado na faixa "A" da curva ABC, sendo o segundo item de maior relevância e valor significativo na planilha estimativa, conforme itens 10.1.1 e 22.1.1, da planilha orçamentaria somando um total de 1.322,71 m², sendo o equivalente a 8,38% do custo total orçado.

3.3.2.3. **Execução de Telhamento com Telha Termoacústica, com metragem mínima executada de 800m²** (oitocentos metros quadrados). Por se tratar de item na faixa "A" da curva ABC, sendo o primeiro item de maior relevância e valor significativo na planilha estimativa, conforme itens 6.1, 18.1.2 e 31.6.1.5.2 da planilha orçamentaria no qual corresponde a uma área de 1.658,30 m² que é o equivalente a 15,11% do custo total orçado.

3.3.2.4. **Execução passeio intertravado, com bloco retangular cor natural de 20x10cm, espessura 6cm com área mínima de 630,00 m²**(seiscentos e trinta metros quadrados). Posicionado na faixa "A" da curva ABC, sendo o terceiro item de maior relevância e valor significativo na planilha estimativa, conforme itens 23.1.1, e 10.4.1, da planilha orçamentaria somando um total de 1.263,31 m², sendo o equivalente a 6,79% do custo total orçado.

3.3.2.5. **Execução pintura látex acrílica, aplicação manual, duas demãos com área mínima de 1.350,00 m²**(um mil trezentos e cinquenta metros quadrados). Posicionado na faixa "A" da curva ABC, sendo o oitavo item de maior relevância e valor significativo na planilha estimativa, conforme itens 11.2.1, 11.4.3 e 25.1.3, da planilha orçamentaria somando um total de 2.725,73 m², sendo o equivalente a 1,86% do custo total orçado.

3.4. Deverá(ão) constar, no(s) atestado(s) de capacidade técnico profissional e de capacidade técnico-operacional em destaque, os seguintes dados: data de início e término dos serviços; local de execução; nome e CNPJ do contratante; nome e CNPJ da contratada, bem como nome do(s) responsável(is) técnico(s), seu(s) título(s) profissional(is); especificações técnicas dos serviços e os quantitativos executados.

3.5. Em se tratando de empresa não registrada no respectivo Conselho no Estado do Tocantins, deverá a mesma apresentar o registro do Conselho do Estado de origem, ficando a licitante vencedora obrigada a apresentar o visto do Conselho local antes da assinatura do contrato.

3.6. Não há limitações de tempo, época, local e quantidade de documentos que possam compor os requerimentos de comprovação do atestado de capacidade técnico-profissional, Atestados de Capacidade Técnica Operacional da Empresa e a Certidão de Acervo Técnico profissional indicado neste Projeto Básico.

3.7. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

3.7.1. A habilitação **econômico-financeira** visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, conforme art. 69 da lei 14.133 de 2021.

3.7.2. Para atendimento à **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**, será exigida a apresentação dos seguintes documentos

a) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais.

b) CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA expedida pelo CARTÓRIO DISTRIBUIDOR DE FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL do local da sede da CONCORRENTE ou de insolvência Civil.

3.7.3. O patrimônio Líquido da CONCORRENTE deverá ser equivalente a 10% do valor estimado da contratação.

3.8. VISTORIA

3.8.1. Antes de apresentar sua proposta, a CONCORRENTE deverá analisar todos os documentos do edital, sendo recomendada a vistoria nos locais da obra, verificando as condições locais e executando todos os levantamentos necessários ao desenvolvimento de seus trabalhos, de modo a não incorrer em omissões, as quais não poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de acréscimo de preços. (Declaração de Vistoria (ANEXO XV).

3.8.2. Caso a CONCORRENTE opte por não realizar a visita, ela deverá assinar, por meio de seu responsável técnico, uma Declaração de Dispensa de Vistoria (ANEXO XV), que dará fé sobre o conhecimento das condições locais e todos os elementos técnicos necessários ao cumprimento do objeto desta licitação, responsabilizando-se integralmente, também, pela execução dos serviços nas condições descritas neste Projeto Básico. Não será admitida qualquer alegação de desconhecimento total ou parcial dos serviços após a licitação.

3.8.3. Caso a CONCORRENTE opte por realizar a vistoria no local onde serão realizados os serviços, a vistoria será feita com data e horários diferentes para eventuais interessados e deverá ser previamente agendada. A CONCORRENTE que vistoriar o local da execução dos serviços receberá da Diretoria de Infraestrutura e Obras/DIVENG uma Declaração de Vistoria (ANEXO XV).

3.8.4. O prazo para vistoria iniciar-se-á no 1º dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se **até 02 (dois) dias úteis** anteriores à data prevista para a abertura da sessão pública e deverá ser previamente agendada na Divisão de engenharia - **DIVENG**, desta Diretoria de Infraestrutura e Obras, pelo telefone (63) 3142-2712 e/ou (63) 3142-2702, das 12h às 18 horas.

3.8.5. A participação do CONCORRENTE pressupõe a sua concordância com a adequação ao Projeto Básico e respectivos anexos, não lhe cabendo nenhum questionamento futuro alegando o desconhecimento das condições e do grau de dificuldade existente no local da obra como justificativa para se eximir das obrigações assumidas em decorrência deste certame.

3.8.6. A vistoria poderá ser realizada por qualquer preposto da licitante, desde que possua conhecimento técnico suficiente para tanto, ou até mesmo ser terceirizada por profissional competente. A visita tem como objetivo a análise do local em que serão realizados os serviços, para conhecimento de peculiaridades que possam vir a influenciar nos preços ofertados pelas CONCORRENTES.

3.8.7. LOCAL DA VISTORIA: Fórum da Comarca de Dianópolis-TO, situado na Avenida Wolney Filho, QD 69, LT 01, Bairro Novo Horizonte – CEP 77300000,

DIANÓPOLIS - TO.

4. FORMALIZAÇÃO, PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO, POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO

4.1. Será utilizado o instrumento contratual para formalização do ajuste entre as partes.

4.2. O prazo de **VIGÊNCIA** do contrato será de **270 (duzentos e setenta)** dias corridos, na forma do art. 105, da Lei 14.133/2021.

4.3. (**Prorrogação automática – contrato de escopo**) Tratando-se de contrato de escopo predefinido, o prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período originalmente pactuado, nos termos do art. 111 da Lei nº 14.133/2021, permanecendo inalteradas as demais cláusulas contratuais, ressalvadas as providências cabíveis em caso de culpa da CONTRATADA.

Parágrafo único. A prorrogação prevista neste item não se confunde com a prorrogação convencional de vigência contratual e não depende de reavaliação de vantajosidade, autorização superior ou formalização por termo aditivo.

4.4. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila, conforme parágrafo 5º do artigo 115 da Lei nº 14.133/2021.

4.5. Os prazos de início de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:

4.6.1. alteração do projeto ou especificações, pela Administração;

4.6.2. superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

4.6.3. interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração;

4.6.4. aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos na Lei nº 14.133, de 2021;

4.6.5. impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;

4.6.6. omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

4.7. (**Prorrogação convencional de vigência**) Nos contratos cuja natureza admita renovação periódica, a prorrogação de vigência dependerá de prévia REAVALIAÇÃO administrativa que demonstre a vantagem e a necessidade da continuidade do ajuste, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

4.8. (**Formalização da prorrogação convencional**) A prorrogação convencional de vigência será formalizada mediante termo aditivo, que deverá conter obrigatoriamente as alterações econômico-financeiras decorrentes da prorrogação.

4.9. (**Procedimento administrativo da prorrogação convencional**) A prorrogação convencional dependerá de instrução da unidade gestora, manifestação da Divisão de Contratos e Convênios, análise da Assessoria Jurídica, verificação de disponibilidade orçamentária e decisão da autoridade competente.

Parágrafo único. O procedimento previsto neste item não se aplica à prorrogação automática disciplinada no item 4.3.

5. MODELO DE GESTÃO

5.1. **INDICAÇÃO** dos gestores e fiscais desta Diretoria de Infraestrutura e Obras, a seguir:

Gestor(a) Titular do Contrato: **Eng.º Zailon Labre Batista Miranda: matrícula: 358520**

Gestor(a) Titular Substituto: **Eng.º Luciano Moura, matrícula: 352750**

Fiscal Técnico Titular: **Eng.º Marco Aurélio da Paixão, matrícula: 477282-1**

Fiscal Técnico Substituto: **Eng.º Mário Sérgio Loureiro Soares: 352204**

5.2. A gestão e a fiscalização do contrato ficarão a cargo de servidores da Diretoria de Infraestrutura e Obras deste Tribunal de Justiça, que serão designados por meio de portaria expedida pelo Diretor-Geral do Tribunal.

5.3. As comunicações entre o órgão e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de e-mail para este fim.

5.4. O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

5.5. Todas as ocorrências apontadas pela fiscalização serão encaminhadas, via correspondência eletrônica, à empresa CONTRATADA, que deverá confirmar o recebimento.

5.6. O prazo de manifestação da CONTRATADA perante as ocorrências informadas é de **até 5 (cinco) dias corridos**.

5.7. A CONTRATADA só poderá emitir o documento fiscal da etapa concluída após a aprovação dos serviços pela CONTRATANTE.

5.8. Após a assinatura do contrato o CONTRATANTE poderá convocar o representante da empresa CONTRATADA para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

5.9. São competências do gestor:

5.9.1. participar, sempre que possível, dos atos preparatórios e conclusivos que resultem em contratações que ficarão sob sua responsabilidade;

5.9.2. renegociações decorrentes de valores inferiores ao contratado, obtidos a partir de pesquisa de preços;

- 5.9.3. impulsionar os processos quanto aos reajustes contratuais;
- 5.9.4. manter registro atualizado das ocorrências relacionadas à execução do contrato;
- 5.9.5. acompanhar e fazer cumprir o cronograma de execução e os prazos previstos no ajuste;
- 5.9.6. acompanhar o prazo de vigência do contrato;
- 5.9.7. formalizar o recebimento definitivo de obras, bens, materiais ou serviços, mediante termo circunstanciado;
- 5.9.8. solicitar, com justificativa, a rescisão de contrato;
- 5.9.9. emitir parecer sobre fato relacionado à gestão do contrato, quando solicitado;
- 5.9.10. orientar a contratada sobre os procedimentos a serem adotados no decorrer da execução do contrato;
- 5.9.11. - solicitar à contratada, justificadamente, a substituição do preposto ou de empregado desta, seja por comportamento inadequado à função, seja por insuficiência de desempenho;
- 5.9.12. determinar formalmente à contratada a regularização das falhas ou defeitos observados, assinalando prazo para correção, sob pena de sanção;
- 5.9.13. relatar, por escrito, à unidade competente, a inobservância de cláusulas contratuais ou quaisquer ocorrências que possam trazer atrasos, defeitos ou prejuízos à execução da avença, em especial as que ensejem a aplicação de penalidades;
- 5.9.14. comunicar à unidade competente qualquer dano ou desvio causado ao patrimônio da Administração ou de terceiros, de que tenha ciência, por ação ou omissão dos empregados da contratada ou de seus prepostos;
- 5.9.15. solicitar à unidade, com justificativa, quaisquer alterações, supressões ou acréscimos contratuais, observada a legislação pertinente;
- 5.9.16. solicitar orientação de ordem técnica às diversas unidades do Tribunal, de acordo com suas competências;
- 5.9.17. conferir o atesto do fiscal técnico e encaminhar para pagamento faturas ou notas fiscais com as devidas observações e glosas, se for o caso;
- 5.9.18. solicitar à Diretoria Financeira, com as devidas justificativas, emissão, reforço ou anulação, total ou parcial, de notas de empenho, bem como inclusão de valores na rubrica de Restos a Pagar;
- 5.9.19. solicitar a prestação, complementação, renovação, substituição ou liberação da garantia exigida nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 5.9.20. executar outras ações de gestão que se façam necessárias ao pleno acompanhamento, fiscalização e controle das atividades desempenhadas pela contratada, a fim de garantir o fiel cumprimento das obrigações pactuadas e a observância do princípio da eficiência;
- 5.9.21. agendar e observar os prazos pactuados no contrato sob sua responsabilidade;
- 5.9.22. comunicar-se com a Administração ou com terceiros sempre por escrito e com a antecedência necessária;
- 5.9.23. notificar formalmente à contratada sobre toda e qualquer decisão da Administração que repercuta no contrato;
- 5.9.24. fundamentar, por escrito, todas as suas decisões, com observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, interesse público e outros correlatos;
- 5.9.25. juntar todos os documentos obrigatórios à gestão do contrato nos devidos processos;
- 5.9.26. instruir em processo apartado todos os documentos pertinentes à gestão do contrato que não se enquadram no item anterior;
- 5.9.27. elaborar relatório periódico, no mínimo ao término de cada período de vigência, dos atos, fatos e avaliações da qualidade dos serviços, relativos à gestão dos contratos de execução parcelada ou diferida, ou de prestação continuada.

5.10. São competências do fiscal técnico:

- 5.10.1. prestar informações a respeito da execução dos serviços e apontar ao gestor do contrato eventuais irregularidades ensejadoras de penalidade ou glosa nos pagamentos devidos à contratada;
- 5.10.2. manter o controle das ordens de serviço emitidas e cumpridas, quando cabível;
- 5.10.3. conhecer as obrigações contratuais que afetem diretamente a fiscalização do contrato;
- 5.10.4. zelar, no âmbito de sua área técnica de atuação, pelo fiel cumprimento dos contratos sob sua fiscalização;
- 5.10.5. verificar a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de acordo com o objeto do contrato e respectivas cláusulas contratuais;
- 5.10.6. atestar formalmente a execução do objeto do contrato, atestar as notas fiscais e as faturas correspondentes a sua prestação;
- 5.10.7. informar ao gestor do contrato sobre eventuais vícios, irregularidades ou baixa qualidade dos produtos ou serviços fornecidos pela contratada;
- 5.10.8. propor soluções para regularização das faltas e problemas observados, sem prejuízo das penalidades aplicáveis;
- 5.10.9. solicitar formalmente ao gestor esclarecimentos sobre as obrigações que afetem diretamente à fiscalização do contrato;
- 5.10.10. utilizar, se for o caso, o Instrumento de Medição de Resultado (IMR) ou Acordo de Nível de Serviço (ANS) para aferição da qualidade da prestação dos serviços;
- 5.10.11. monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas;

5.10.12. apresentar ao preposto da contratada a avaliação da execução do objeto, ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada, e obter dele a ciência.

5.10.13. verificar eventuais incoerências, falhas e omissões nos serviços técnicos prestados pela contratada, desenhos, memoriais, especificações e demais elementos de projeto, bem como fornecer ao gestor informações e instruções necessárias ao desenvolvimento dos trabalhos;

5.10.14. verificar e aprovar a adequação de materiais, equipamentos e serviços, quando solicitada pela contratada, com base na comprovação da equivalência entre os componentes, de conformidade com os requisitos estabelecidos no instrumento contratual;

5.10.15. exigir da contratada a apresentação diária do Relatório Diário de Obras – RDO, quando o contrato assim o previr, bem como apor ao documento as observações que julgar necessárias e eventuais comunicações à contratada.

5.11. FORMA DE COMUNICAÇÃO A SER ESTABELECIDADA ENTRE AS PARTES

5.11.1. A comunicação entre o fiscal e a CONTRATADA será realizada por meio de correspondência oficial, por e-mail.

5.11.2. Quando houver necessidade, o gestor deverá emitir notificações à CONTRATADA.

5.11.3. A empresa deverá indicar um preposto para comunicação entre a CONTRATADA e CONTRATANTE.

6. PRAZO PARA INÍCIO DA EXECUÇÃO

6.1. O prazo de execução da obra/serviços será de **210 (duzentos e dez)** dias consecutivos, contados a partir do recebimento da ordem de serviço. Após o recebimento da ordem de serviço a CONTRATADA terá o prazo máximo de **10 (dez) dias** consecutivos, para iniciar a execução dos serviços.

6.2. O edifício no qual será executado a obra conta com a CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR registrado sob nº R.05-M.611, Ficha nº 01, Livro nº 02 de REGISTRO GERAL, expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis de Dianópolis-TO. ANEXO I.

6.3. Os serviços deverão ser executados rigorosamente de acordo com as normas técnicas pertinentes e especificações deste Instrumento, em conformidade com o Edital de licitação e seus Anexos.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DO CONTRATANTE

7.1. DEVERES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

7.1.1. Observar as leis, decretos, regulamentos, portarias e demais normas aplicáveis direta e indiretamente a esta contratação;

7.1.2. Responsabilizar-se pela lavratura do respectivo contrato, com base nas disposições da Lei nº 14.133/2021;

7.1.3. Proporcionar condições para a execução do objeto deste Projeto Básico;

7.1.4. Assegurar os recursos necessários para custear as despesas deste Projeto Básico, por meio da emissão de empenho, garantindo o pagamento da nota fiscal, respeitada a ordem cronológica;

7.1.5. Designar gestor e/ou fiscal para acompanhar a execução do contrato;

7.1.6. Rejeitar os materiais que não atendam especificações e aos requisitos mínimos constantes deste Projeto Básico;

7.1.7. Notificar a empresa contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constantes nos materiais fornecidos, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

7.1.8. Prestar todas as informações e/ou esclarecimentos que venham a ser solicitados pela empresa contratada;

7.1.9. Zelar para que, durante a vigência do contrato, sejam cumpridas as obrigações assumidas por parte da empresa contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

7.1.10. Expedir, por intermédio da Diretoria de Infraestrutura e Obras, a Ordem de Serviço após apresentação da garantia contratual, Art's e/ou RRT de execução dos profissionais responsáveis e CNO - Cadastro Nacional de Obras;

7.1.11. Orientar a CONTRATADA acerca da correta execução dos serviços contratados e autorizar o acesso de seu pessoal aos locais de trabalho.

7.1.12. Dar conhecimento à CONTRATADA acerca das normas estabelecidas para carga e descarga de materiais, horário de trabalho e demais condições exigidas.

7.1.13. Manter atualizados os documentos próprios dos registros de serviços que tenham sido realizados pela CONTRATADA.

7.1.14. Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob aspecto quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio todas as falhas detectadas e comunicar à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta.

7.1.15. Manifestar-se sobre cada uma das medições dos serviços executados pela CONTRATADA.

7.1.16. Rejeitar, caso estejam inadequados ou irregulares, após medição, os serviços prestados pela CONTRATADA.

7.1.17. Notificar a CONTRATADA, na ocorrência da situação prevista no item anterior, para reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços realizados em desacordo com as regras deste Projeto Básico.

7.2. DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

- 7.2.1. Observar as leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto deste Projeto Básico;
- 7.2.2. Manter durante a execução do contrato as condições de habilitação e de qualificação que ensejaram sua contratação;
- 7.2.3. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE;
- 7.2.4. Apresentar cópias das alterações do ato constitutivo, sempre que houver;
- 7.2.5. Efetuar o pagamento de seguros, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, assim como quaisquer outras despesas diretas e/ou indiretas relacionadas com a execução do contrato;
- 7.2.6. Indicar formalmente preposto apto a representá-lo junto ao CONTRATANTE, que deverá responder pela fiel execução do contrato;
- 7.2.7. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior, conforme inciso II do artigo 137 da Lei nº 14.133/2021;
- 7.2.8. Reparar quaisquer danos diretamente causados ao CONTRATANTE ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pelo CONTRATANTE;
- 7.2.9. Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação.
- 7.2.10. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/21, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 7.2.11. O contrato será regido pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, e a eles serão aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.
- 7.2.12. Realizar o objeto nas condições, preços e prazos pactuados, nos termos do edital da licitação, seus anexos e sua proposta.
- 7.2.13. Cumprir as legislações federais, estaduais e municipais, bem como seguir as normas relativas à segurança e medicina do trabalho, diligenciando para que seus empregados e seus subcontratados trabalhem com Equipamento de Proteção Individual.
- 7.2.14. Fornecer todos os materiais para o serviço, conforme especificação da proposta, e entregá-lo devidamente acabado conforme disposto no projeto básico e em seus anexos.
- 7.2.15. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei nº 14.133, de 2021). ANEXO XX.
- 7.2.16. Reparar/corrigir/refazer as suas expensas, no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados da notificação do Gestor/Fiscal do Contrato, os serviços nos quais forem constatadas falhas, imperfeições ou irregularidades resultantes do emprego de material inadequado ou a execução imprópria do serviço à vista dos projetos e especificações.
- 7.2.17. Providenciar, quando necessário e às suas custas, documentação e licenças para a execução dos serviços, taxas incidentes, matrícula específica para os serviços e o certificado de taxa de contribuição para acidentes de trabalho, junto aos órgãos competentes.
- 7.2.18. Anotar os serviços junto ao CREA/TO e/ou CAU, na forma da legislação pertinente.
- 7.2.19. Cumprir todas as normas relativas à Segurança e Medicina do Trabalho, e diligenciar para que seus empregados e eventuais subcontratados efetuem os trabalhos utilizando todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC). O Contratante poderá paralisar os serviços, enquanto tais empregados não estiverem protegidos. O ônus da paralisação ocorrerá por conta da Contratada, mantendo-se inalterados os prazos contratuais;
- 7.2.20. Após recebimento provisório da obra, e até o seu recebimento definitivo, a Contratada deverá se responsabilizar por sanar todas as imperfeições detectadas pela Fiscalização;
- 7.2.21. Responder, sempre que solicitado ou exigido pelo órgão ambiental local ou pela Fiscalização do TJ/TO, devendo prestar informações completas sobre a caracterização dos resíduos produzidos na realização dos trabalhos, transporte e disposição final;
- 7.2.22. Nos termos do art. 48 da Lei 14.133/2021, **é vedado** a CONTRATADA, durante a vigência do contrato, contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.
- 7.2.23. A CONTRATADA deverá apresentar exemplares e/ou testes dos materiais que pretende utilizar para a execução de pisos e revestimentos de paredes para fins de aprovação da fiscalização. Submeter à Fiscalização, sempre que solicitado, os exemplares de todos os materiais a serem empregados nos serviços antes da sua execução.
- 7.2.24. A CONTRATADA deverá absorver, na execução do contrato, egressos do sistema carcerário e de cumpridores de medidas e penas alternativas, devendo obedecer a proporção de 2% (dois por cento) das vagas, conforme o parágrafo único art. 8º da Resolução do Conselho Nacional de Justiça - CNJ.
- 7.2.25. A CONTRATADA deverá apresentar, após o recebimento da ordem de serviço em até 03 (três) dias úteis, o estudo de logística e canteiro contemplando os acessos dos equipamentos e pessoas, adotando medidas de segurança; a localização, dimensionamento e detalhamento das áreas administrativas, produção e vivência; o posicionamento e detalhamento das áreas de coleta de resíduos incluindo contêineres ou similares.
- 7.2.26. Todos os materiais a serem empregados nos serviços deverão atender aos padrões especificados e às normas da ABNT.
- 7.2.27. Comunicar imediatamente ao CONTRATANTE, eventuais inconsistências dos projetos em relação às normas técnicas e legislação vigente.
- 7.2.28. Manter no local pessoal especializado e demais elementos necessários à perfeita execução dos serviços, cumprindo fielmente as visitas do responsável técnico determinadas pelo gestor/fiscal, conforme determinado:

7.2.29. **Encarregado de Obra** – Com experiência apropriada para a reforma em questão, devendo estar permanentemente no local de realização dos serviços;

7.2.30. **Engenheiro Civil e/ou Arquiteto** – Com a função de responsável técnico, para coordenar a equipe e assumir a direção, programação e o controle da obra, devendo estar presente no mínimo 20 horas semanais, durante toda execução da obra.

7.2.31. Manter atualizada na obra a listagem de todos os trabalhadores, contendo nome, RG e função, inclusive eventuais funcionários de empresas subcontratadas. Essa lista será utilizada para a autorização de entrada dos trabalhadores na obra;

7.2.32. Reforçar a sua equipe de funcionários na obra, se for constatada insuficiência da mesma, para permitir a execução dos serviços dentro do prazo previsto;

7.2.33. Fornecer e manter, no local da prestação do serviço, Diário de Obra, contendo os lançamentos e registros obrigatórios.

7.2.34. Fornecer todo o equipamento necessário, tais como ferramentas, maquinário e aparelhamento adequado à execução dos serviços.

7.2.35. Fornecer e instalar os Equipamentos de Proteção Coletiva que fizerem necessários no decorrer das diversas etapas da obra, de acordo com o previsto na NR-18 da Portaria nº 3214 do Ministério do Trabalho.

7.2.36. Comunicar por escrito e imediatamente ao CONTRATANTE a ocorrência de contratação de empregados ou a admissão em seu quadro societário de pessoas que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

7.2.37. Providenciar a remoção periodicamente de entulhos e detritos acumulados no local dos serviços durante toda a execução e até o final da obra.

7.2.38. Arcar com todas as despesas decorrentes do Contrato, incluindo mão de obra, distribuição, seguros, tributos e demais encargos incidentes sobre os serviços contratados, bem como arcar com todos os encargos de natureza trabalhista, previdenciária, acidentária, tributária, administrativa e civil decorrentes da execução dos serviços objeto do contrato.

7.2.39. Assumir exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes do fornecimento de material, mão-de-obra, aparelhos e equipamentos necessários para a boa e perfeita execução dos serviços contratados.

7.2.40. Responsabilizar-se pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados por estes ao contratante ou a terceiros.

7.2.41. Responder por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato.

7.2.42. Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte do CONTRATANTE, cabendo-lhe prestar todos os esclarecimentos solicitados e acatar reclamações formuladas.

7.2.43. No caso de falhas, erros, discrepâncias ou omissões, bem, ainda, transgressões às Normas Técnicas, regulamentos ou posturas, caberá à CONTRATADA formular imediata comunicação escrita ao fiscal da obra, de forma a evitar empecilhos ao perfeito desenvolvimento da obra.

7.2.44. Responsabilizar-se pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços objeto do Contrato, não podendo ser arguido, para efeito de exclusão de responsabilidade, o fato do CONTRATANTE proceder à fiscalização ou acompanhamento da execução dos referidos serviços.

7.2.45. A contratada deverá comprovar a origem da madeira a ser utilizada na obra.

7.2.46. A presença da FISCALIZAÇÃO durante a execução dos serviços e obras, quaisquer que sejam os atos praticados no desempenho de suas atribuições, não implicará solidariedade ou corresponsabilidade com a CONTRATADA, que responderá única e integralmente pela execução dos serviços, inclusive pelos serviços executados por suas subcontratadas, na forma da legislação em vigor.

7.2.47. A CONTRATADA, nos termos da legislação vigente, **assume integral responsabilidade técnica e civil** sobre todos os serviços de execução da obra, garantindo boas práticas técnicas e atuando com eficiência em todos os serviços que efetuar. A responsabilidade inclui também os possíveis danos causados às instalações existentes decorrentes da realização dos serviços.

7.2.48. Se a CONTRATADA recusar, demorar, negligenciar ou deixar de eliminar as falhas, vícios, defeitos ou imperfeições apontadas, poderá o CONTRATANTE efetuar os reparos e substituições necessários, seja por meios próprios ou de terceiros, transformando-se os custos decorrentes, independentemente do seu montante, em dívida líquida e certa da CONTRATADA.

7.2.49. A CONTRATADA responderá diretamente por todas e quaisquer perdas e danos causados em bens ou pessoas, inclusive em propriedades vizinhas, decorrentes de omissões e atos praticados por seus funcionários e prepostos, fornecedores e subcontratadas, bem como originados de infrações ou inobservância de leis, decretos, regulamentos, portarias e posturas oficiais em vigor, devendo indenizar o CONTRATANTE por quaisquer pagamentos que seja obrigado a fazer a esse título, incluindo multas, correções monetárias e acréscimos de mora.

7.2.50. A CONTRATADA será responsável, nas áreas em que estiver executando os serviços, pela proteção de toda a propriedade pública e privada, rede de energia elétrica, telefone, dutos de água, esgoto e drenagem pluvial e outros serviços de utilidade pública, nas áreas do canteiro e adjacentes, devendo corrigir imediatamente, às suas expensas, quaisquer avarias que nelas provocar, deixando-as coincidentes com o seu estado original.

7.2.51. A CONTRATADA deverá estudar e analisar detalhadamente o Projeto Executivo, as especificações técnicas e detalhes relativos à execução dos serviços, assumindo a responsabilidade solidária pela viabilidade técnica destes. Não poderão ser introduzidas modificações nas presentes especificações. Se porventura alterações se mostrarem necessárias, elas somente poderão ser executadas depois de tecnicamente fundamentadas e autorizadas, por escrito, pela FISCALIZAÇÃO após a formalização do respectivo documento hábil.

7.2.52. A CONTRATADA não poderá alegar desconhecimento de quaisquer especificações e nem do local da obra. Para tanto, é facultado seu comparecimento ao local (conforme item 3.8) para confirmar ou retificar os valores quantitativos e técnicas apresentados no conjunto fornecido com as especificações (Projeto Executivo e Planilha Orçamentária).

7.2.53. Correrá por conta exclusiva da CONTRATADA a responsabilidade por quaisquer acidentes de trabalho na execução dos serviços contratados.

7.2.54. A CONTRATADA deverá manter (antes, durante e após o término dos serviços) **sigilo absoluto** sobre o conteúdo dos documentos e informações dos quais tenha tomado conhecimento em função da execução do objeto contratual, ficando expressamente vedada qualquer forma de divulgação, sob pena de responder por perdas e danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, sem prejuízo da aplicação de outras sanções cabíveis.

7.2.55.. As demolições porventura necessárias serão efetuadas dentro da mais perfeita técnica, tomados os devidos cuidados de forma a serem evitados danos a terceiros.

7.2.56. A remoção e o transporte de todo o entulho e detritos, provenientes das demolições serão executados pela CONTRATADA de acordo com as exigências da FISCALIZAÇÃO e da municipalidade local.

7.2.57. Em função do art. 4º da Resolução nº 156/2012 do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, é vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que tenha entre seus empregados colocados à disposição dos Tribunais para o exercício de funções de chefia, pessoas que incidam na vedação dos arts. 1º e 2º, devendo tal condição constar expressamente dos editais de licitação.

7.2.58. Em atendimento a Resolução nº 07, de 18 de outubro de 2005 do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, fornecer Declaração da Empresa, ANEXO XVIII, de que não se enquadra na situação de empresa prestadora de serviços que tenham como sócio, gerente ou diretor, membro ou servidor (este quando ocupante de cargo de direção) do Poder Judiciário e seu cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive.

7.2.59. Todas as situações de conflito ou necessidades de compatibilizações de projetos deverão ser registradas em diário de obra e serão discutidas em reuniões de trabalho entre os responsáveis técnicos das partes e a **Diretoria de Infraestrutura - DINFR**, que definirá a solução final.

7.2.60. Será também de sua responsabilidade, ainda que resultante de caso fortuito e por qualquer causa, a destruição ou danificação da obra em construção até a definitiva aceitação da mesma pelo CONTRATANTE, bem como indenizações que possam vir a ser devidas a terceiros por fatos oriundos dos serviços contratados, ainda que ocorridos na via pública.

7.2.61. O percentual da mão de obra estabelecido **deverá** ser mantido durante toda a execução contratual.

8. REGIME DE EXECUÇÃO

8.1. MECANISMOS DE COMUNICAÇÃO

8.1.1. As comunicações entre o órgão e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de e-mail para este fim.

8.2.DESCRICÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

8.2.1. Os serviços deverão ser executados rigorosamente de acordo com as normas técnicas pertinentes e especificações deste Instrumento, em conformidade com o Edital de licitação e seus Anexos.

8.2.2. O quantitativo de colaboradores previsto para o contrato a ser formalizado é de até 20 (vinte) colaboradores.

8.2.3. Todos os materiais a serem utilizado serão novos e totalmente fornecidos pela contratada, devendo estar em conformidade com as normas da ABNT, INMETRO e de acordo com as especificações técnicas dos projetos. As tintas deverão atender as normatizações da ABNT.

8.2.4. Os principais serviços a serem executados na Reforma do Fórum da Comarca de Dianópolis-TO são:

Item	Descrição
1	ADMINISTRAÇÃO DA OBRA
2	SERVIÇOS INICIAIS
3	LIMPEZA DO TERRENO
4	INSTALAÇÃO DO CANTEIRO DE OBRAS
5	RETIRADAS E DEMOLIÇÕES
6	COBERTURA - REFORMA
7	GESSO ACARTONADO
8	TRATAMENTOS EM PAREDES
9	ESQUADRIAS - REFORMA
10	PISO - REFORMA
11	PINTURAS DA REFORMA
12	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS - REFORMA
13	BALÇÕES DA RECEPÇÃO - COM BANCADA EM GRANITO - VER DETALHE EM PROJETO
14	PAISSAGISMO
15	SUPERESTRUTURA - BLOCO 2
16	PAREDES E PAINEIS - BLOCO 2
17	VERGAS E CONTRA VERGAS

18	COBERTURA - BLOCO 2
19	FORRO EM GESSO - BLOCO 2
20	ESQUADRIAS - BLOCO 2
21	REVESTIMENTOS - BLOCO 2
22	PISO - BLOCO 2 - SALAS
23	PAVIMENTAÇÃO
24	GRADIL - ALAMBRADO - 62,30 M
25	PINTURAS DO BLOCO 2
26	EQUIPAMENTOS METÁLICOS
27	LOUÇAS, METAIS E ACESSÓRIOS
28	INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS E DE AGUAS PLUVIAIS
29	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS - BLOCO 2
30	REDE FRIGORÍGENA
31	INSTALAÇÃO DE PREVENÇÃO DE COMBATE A INCÊNDIO E PÂNICO
32	LIMPEZA DA OBRA

8.2.5. Os serviços deverão ser executados rigorosamente de acordo com as normas técnicas pertinentes e especificações deste Instrumento, em conformidade com o Edital de licitação e seus Anexos.

8.2.6.A execução desses serviços será de acordo com os detalhes dos projetos, as especificações e o Caderno de Encargos e Especificações Técnicas.

8.2.7.Os materiais miúdos de fixação, derivação, conexão, e outros (tais como: buchas, arruelas, parafusos, porcas, vedantes, colas, luvas, curvas, terminais, identificadores, anilhas, fitas isolantes, tintas, protetores, conexões, suportes, braçadeiras, tirantes e outros) não constam das planilhas dos materiais e tem os seus custos diluídos nos custos unitários das mesmas.

8.2.8.Todos os materiais a serem empregados na execução dos serviços em referência serão **novos**, sem imperfeições ou defeitos e serão fornecidos pela CONTRATADA que ficará responsável também pelo ferramental necessário à sua execução e limpeza final da obra.

8.2.9. Todo material será vistoriado pela FISCALIZAÇÃO antes de sua instalação.

8.2.10. **ESPECIFICAÇÕES**

8.2.11. **Considerações Preliminares:**

8.2.12.A CONTRATADA deverá implantar, no canteiro de obras, procedimentos de segregação dos resíduos gerados, para fins de reutilização e/ou reciclagem, em consonância com a Resolução CONAMA 307/02, independentemente das exigências de legislação municipal.

8.2.13. A CONTRATADA deverá estar apta a desenvolver projeto de gestão de resíduos da construção civil, que assegure a segregação no canteiro de obras dos resíduos gerados, para fins de reutilização e/ou reciclagem, em conformidade com a legislação municipal vigente ou que vier a ser implantada no decorrer da execução dos serviços.

8.2.14.Os serviços deverão ser executados em conformidade com o projeto, seus detalhes, recomendações e especificações técnicas.

8.2.15.As cotas definidas nos detalhes serão preponderantes sobre as cotas especificadas em plantas e cortes gerais.

8.2.16.A programação de atividades deverá ser realizada de forma a manter a área onde os serviços serão executados devidamente isolada e sinalizada (**com a utilização de tapumes, cones, fitas zebreadas, placas de advertências, e outros**) de modo a evitar quaisquer tipos de incidentes envolvendo servidores e/ou usuários com os serviços decorrentes da execução da obra.

8.2.17.A CONTRATADA será responsabilizada por quaisquer acidentes envolvendo servidores e/ou usuários.

8.2.18.A CONTRATADA responderá e reparará, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, qualquer dano ou avaria nos subsistemas supracitados decorrente da utilização destes na execução dos serviços.

8.2.19.A limpeza do terreno deverá ser feita de acordo com as normas e autorizações da municipalidade e de forma a evitar danos a terceiros.

8.2.20.A CONTRATADA deverá arcar com todas as despesas decorrentes da eventual execução de trabalhos, quer com os insumos, a mão de obra, as instalações e equipamentos necessários à plena execução dos serviços contratados, bem como todos os testes necessários à aceitação e recebimento deles.

8.2.21.Os ensaios, testes e demais provas exigidos por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato correm por conta da CONTRATADA.

8.2.22.Todos os materiais sucateados e entulhos resultantes dos serviços executados pela CONTRATADA, sem exceção, deverão ser removidos, durante o desenvolvimento dos serviços e imediatamente após a conclusão dos serviços.

8.2.23.Proceder, ao final da execução dos serviços, à desmobilização das instalações provisórias dos canteiros, limpeza e remoção do material desnecessário indesejável.

8.2.24. **Materiais, ferramentas e equipamentos:**

8.2.25. A não ser quando especificado em contrário, os materiais a serem empregados nos serviços serão todos nacionais, novos, sem imperfeições ou defeitos e de acordo com as especificações da ABNT e da DINFR, sendo expressamente vedado o uso de material improvisado em substituição ao especificado, assim, como não se admitirá a adaptação de peças, seja por corte ou por outro processo, a fim de usá-las em substituição a peças recomendadas e de dimensões adequadas.

8.2.26. Serão admitidos materiais similares aos especificados, desde que suas condições de similaridade sejam previamente submetidas à FISCALIZAÇÃO e por ela aceita. Quando não houver consenso em relação à similaridade dos materiais, a CONTRATADA poderá recorrer à certificação por meio de laudo técnico fornecido por entidade certificadora (universidades, laboratórios, etc.). O CONTRATANTE reserva-se o direito de, a qualquer momento, solicitar ensaios de comprovação de qualidade dos materiais empregados na obra, à custa da CONTRATADA.

8.2.27. Todos os materiais a serem empregados na execução dos serviços em referência serão fornecidos pela CONTRATADA, que ficará responsável também pelo ferramental necessário à sua execução e limpeza final da obra.

8.2.28. Os equipamentos, materiais e acessórios, deverão estar em total conformidade com as especificações e projetos, dentro dos prazos de validade, íntegros e de acordo com as normas vigentes.

8.2.29. Retirar do local da obra todos os materiais impugnados pela FISCALIZAÇÃO e, em caso de substituição de materiais, esta não poderá ser procedida sem a prévia autorização, por escrito, da FISCALIZAÇÃO.

8.2.30. Firmar declaração de que a substituição se fará sem ônus para o CONTRATANTE.

8.2.31. Apresentar provas de equivalência técnica do produto proposto em substituição ao especificado, compreendendo, como peça fundamental, o laudo de exame comparativo dos materiais, efetuado por laboratório tecnológico idôneo, a critério do CONTRATANTE.

8.3. **PRAZOS DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

8.3.1. O prazo de execução da obra/serviços será de **210 (duzentos e dez)** dias consecutivos, contados a partir do recebimento da ordem de serviço. Após o recebimento da ordem de serviço do contrato a CONTRATADA terá o prazo máximo de **10 (dez) dias** consecutivos, para iniciar a execução dos serviços.

8.4. **LOCAL E HORÁRIO PARA A EXECUÇÃO DO OBJETO**

8.4.1. A reforma deverá ser executada no Fórum da Comarca de Dianópolis-TO, situado na Avenida Wolney Filho, QD 69, LT 01, Bairro Novo Horizonte – CEP 77300000, DIANÓPOLIS - TO, **nos dias de segunda a sexta no horário de (08:00h às 18:00h)**, e caso haja necessidade, seja por fatores técnicos, logísticos e operacionais, a CONTRATADA poderá executar os serviços em fins de semana e feriados, desde que autorizadas e acordadas com o setor de fiscalização, de forma a cumprir o estabelecido no prazo de execução dos serviços, conforme o cronograma, **SEM** qualquer custo adicional para o CONTRATANTE, inclusive em relação aos custos necessários para implantação de condições adicionais de segurança, garantidos os direitos trabalhistas decorrentes, conforme descrições estabelecidas neste no Projeto Básico e seus Anexos.

8.5. **FORMA DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

8.5.1. Levando-se em consideração as características do objeto a ser contratado, entende-se que a melhor forma é a **INDIRETA**, sob regime de empreitada por preço **UNITÁRIO**, pelo critério de julgamento do **MAIOR DESCONTO**.

8.6. **CRONOGRAMA DE REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS**

8.6.1. Vide ANEXO VIII.

8.7. **PREVISÃO DOS RECURSOS NECESSÁRIOS PARA EXECUÇÃO DO CONTRATO (RECURSOS MATERIAIS, INSTALAÇÕES, EQUIPAMENTOS E PESSOAL TÉCNICO ADEQUADO)**

8.7.1. A comprovação do vínculo entre a licitante e o profissional que atuará como responsável técnico pela execução do objeto contratual **será exigida exclusivamente no momento da assinatura do contrato**, em conformidade com os princípios da ampla competitividade e da vedação à restrição indevida à participação de licitantes, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

a) Sócio: Contrato Social devidamente registrado no órgão competente;

b) Diretor: cópia do Contrato Social, em se tratando de firma individual ou limitada ou cópia da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima;

c) Empregado: cópia atualizada da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS ou Contrato de Trabalho em vigor;

d) Responsável Técnico: cópia da Certidão expedida pelo CREA da Sede ou Filial da CONCORRENTE onde consta o registro do profissional como RT;

e) Profissional contratado: contrato de prestação de serviços escrito firmado com a CONCORRENTE, com prazo de duração, no mínimo, igual ao prazo de execução da obra, ou ainda, de declaração de contratação futura do responsável técnico, desde que acompanhada de declaração de anuência do profissional;

8.7.2. Vide Memorial Descritivo, ANEXO IV.

8.8. **PROCEDIMENTOS, METODOLOGIAS E TECNOLOGIAS A SEREM EMPREGADAS**

8.8.1. **Metodologia:** A Diretoria de **Infraestrutura e Obras (DINFR)**, por intermédio da Divisão de engenharia (**DIVENG**), deverá prover os devidos acessos à contratada, de modo que a mesma possa executar satisfatoriamente os serviços, inclusive definindo horários para execução dos mesmos, local de armazenamento de insumos, formas de acesso dos operários e outros.

8.8.2. **Infraestrutura tecnológica:** Não há necessidade de adequação na infraestrutura tecnológica.

8.9. DEVERES E DISCIPLINA EXIGIDOS DA CONTRATADA E DE SEUS EMPREGADOS, DURANTE A EXECUÇÃO DO OBJETO

8.9.1. Mão de obra / Assistência Técnica, a CONTRATADA deverá ter entre suas obrigações o seguinte:

8.9.2. Fornecer toda a mão de obra necessária à execução dos serviços, com experiência, devidamente capacitada, regularizada com suas carteiras trabalhistas (CTPS), identificada com crachás, uniformizada e equipada (botina, calça comprida, blusa, capacete e demais equipamentos necessários, conforme a NR-6 do Ministério do Trabalho).

8.9.3. Profissionais habilitados, qualificados e treinados para cada tipo de tarefa, sob a sua supervisão direta.

8.9.4. Não será permitido o uso de sandálias ou de outros tipos inadequados de calçados pelos empregados da CONTRATADA.

8.9.5. Identificar o pessoal na obra, de acordo com sua função, pela cor do capacete. O capacete branco será utilizado apenas pelos Engenheiros e Arquitetos e os demais ficarão a critério da CONTRATADA.

8.9.6. Coordenar e dirigir toda a sua mão de obra, sendo sempre de sua total responsabilidade técnica e operacional por quaisquer serviço.

8.9.7. Responder, integral e exclusivamente, pela idoneidade e comportamento de seus empregados e subordinados, assim como, evidentemente, por todos os serviços em tela, afastando sempre que exigido pela FISCALIZAÇÃO, de forma incontinente, qualquer empregado cuja atuação, permanência ou comportamento seja inconveniente ou insatisfatório ao bom atendimento e ao interesse do serviço público.

8.9.8. Manter com o mestre de obras ou o responsável técnico uma relação atualizada com nome completo e identidade de todo o pessoal presente no local da obra.

8.9.9. Apresentar uma comprovação de que todos os profissionais alocados para prestação dos serviços estarão regularmente contratados de acordo com o que estabelece a legislação trabalhista.

8.9.10. Fornecer toda a mão de obra necessária à execução completa do objeto deste Projeto Básico, com os respectivos encargos sociais e incluindo orientação e direção técnica de todos os serviços.

8.9.11. Em conformidade com a Resolução nº 652 de 29/09/2025, do CNJ, a CONTRATADA está obrigada a contratar egressos do sistema carcerário e de cumpridores de medidas e penas alternativas em percentual não inferior a 2%.

8.9.12. Medidas de segurança:

8.9.13. A execução do serviço deverá ser realizada com a adoção de todas as medidas relativas à proteção dos trabalhadores e de pessoas ligadas às atividades da CONTRATADA, observadas as leis em vigor; deverão ser observados os requisitos de segurança com relação às redes elétricas, máquinas, andaimes e guinchos, presença de chamas e metais aquecidos, uso e guarda de ferramentas e aproximação de pedestres.

8.9.14. Compete à CONTRATADA tomar as providências para a colocação, às expensas próprias, de placas e sinais luminosos de advertência ou orientação durante o dia e à noite.

8.9.15. A CONTRATADA deverá prever, instalar e manter cercas, barreiras, tapumes ou outra forma de sinalização, indicando a terceiros as condições perigosas resultantes dos trabalhos, a fim de prevenir danos pessoais ou materiais.

8.9.16. A FISCALIZAÇÃO poderá exigir da CONTRATADA a colocação de sinais, correntes ou outros, que julgar necessários para a segurança de veículos e pedestres.

8.9.17. O CONTRATADO será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante. (Art. 120 da Lei 14.133/21).

8.9.18. A CONTRATADA manterá Seguro de Acidentes do Trabalhador para todos os seus empregados que exerçam atividades no canteiro de obra e responderá, nos termos da legislação vigente, por qualquer acidente ocorrido com o pessoal, material, instalações e equipamentos sob a sua responsabilidade, bem como de terceiros, durante a execução dos serviços.

8.9.19. A CONTRATADA deverá fornecer aos funcionários todos os equipamentos de proteção individual exigidos pela NR6 - Equipamentos de Proteção Individual (EPI), tais como: **capacetes e óculos especiais de segurança, protetores faciais, luvas e mangas de proteção, botas de borracha e cintos de segurança, ou quaisquer outros necessários, dependendo da atividade que se realize.**

8.9.20. Os EPIs básicos para todos os operários serão a botina de couro e o capacete. Será terminantemente proibida a permanência de qualquer operário descalço, usando chinelos ou sapatos abertos.

8.9.21. O fornecimento, manutenção e reposição dos EPIs são de obrigação da CONTRATADA e serão fornecidos aos operários sem ônus adicional ao CONTRATANTE.

8.9.22. Além da proteção individual, a CONTRATADA deverá oferecer, na execução de quaisquer que sejam os trabalhos, a plena proteção coletiva contra riscos de acidentes ao seu pessoal e a terceiros, independentemente da transferência do custo dos riscos a companhias ou institutos seguradores, que caso a efetue, não implicará ônus para o CONTRATANTE.

8.9.23. Todos os empregados da CONTRATADA deverão ter conhecimentos básicos sobre prevenção e combate a incêndios.

8.9.24. A FISCALIZAÇÃO realizará inspeções periódicas no canteiro a fim de verificar o cumprimento das medidas de segurança adotadas nos trabalhos, o estado de conservação dos equipamentos de proteção individual e dos dispositivos de proteção de máquinas e ferramentas que ofereçam riscos aos trabalhadores, bem como a observância das demais condições estabelecidas pelas normas de segurança e saúde no trabalho.

8.9.25.A CONTRATADA manterá no canteiro equipamentos de proteção contra incêndio e brigada de combate a incêndio, na forma das disposições em vigor.

8.9.26.A CONTRATADA deverá manter no canteiro medicamentos básicos e pessoas orientadas para os primeiros socorros nos acidentes que possam ocorrer durante a execução dos trabalhos, obedecendo ao disposto nas “Normas de Segurança de Trabalho nas Atividades da Construção Civil”, em especial a NR 18 – Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção.

8.9.27.A CONTRATADA deverá obedecer às Normas Regulamentadoras (NRs) expedidas pelos órgãos governamentais competentes e as Normas Brasileiras (NBRs) da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) que tratam da Segurança e Medicina do Trabalho.

8.9.28.A NR-10 estabelece os requisitos e condições mínimas objetivando a implementação de medidas de controle e sistemas preventivos, de forma a garantir a segurança e a saúde dos trabalhadores que, direta ou indiretamente, interajam em instalações elétricas e serviços com eletricidade.

8.9.29.A CONTRATADA deverá comunicar formalmente à FISCALIZAÇÃO, às autoridades e aos órgãos competentes, de maneira mais detalhada possível, os casos de acidentes, fatais ou não, que eventualmente ocorram durante a execução dos serviços, inclusive princípios de incêndio, quedas de materiais ou acidentes com veículos, etc.

8.9.30.Não poderão ser usados na execução de serviços, ferramentas ou sistemas de quaisquer tipos que exijam carga explosiva.

8.10. PRAZOS E CONDIÇÕES PARA RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO DO OBJETO

8.10.1. Após concluídos, os serviços serão recebidos pela Fiscalização do TJ/TO, em estreita conformidade com as condições estabelecidas neste projeto básico. A Contratada deverá requerer a realização de VISTORIA para fins de RECEBIMENTO PROVISÓRIO.

8.10.2. O requerimento da vistoria deverá ser feito dentro do prazo contratual de execução, sob pena de caracterizar mora na prestação dos serviços, sujeita às penalidades previstas em contrato.

8.10.3. A vistoria será efetuada pela Fiscalização no prazo de até 15 (quinze) dias corridos do seu requerimento. Tendo por concluída a obra, a Fiscalização emitirá, no prazo máximo de até 15 (quinze) dias corridos, o TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO DA OBRA (ANEXO XXI), mediante termo circunstanciado e assinado pelas partes.

8.10.4. Sendo constatada na VISTORIA a não conclusão integral da obra, será dado mais 15 (quinze) dias corridos para a conclusão dos serviços ou, caso findo o prazo, poderá incidir mora na prestação.

8.10.5. O Gestor não efetuará o ateste da última medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

8.10.6. O TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO (ANEXO XXI) da obra se fará por comissão designados pela Administração, mediante termo circunstanciado (Termo de Recebimento Definitivo da Obra). O termo será lavrado pela comissão de fiscalização, formada pelo gestor do contrato, engenheiros e/ou arquitetos da Diretoria de Obras, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Provisório, após satisfeitas as seguintes condições:

8.10.7. Vistoria que comprove a ausência de vícios na execução da obra, a ser efetuada no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados da emissão do Termo de Recebimento Provisório da Obra;

8.10.8. Projeto "as built" em formato BIM (Building Information Modeling) e Caderno complementar de especificações técnicas elaborados pela Contratada e aprovados pela Fiscalização; e

8.10.9. Entrega, pela Contratada, dos documentos emitidos por terceiros, como: Certidão Negativa de Débitos Previdenciários da Obra - CND, emitida pela Receita Federal, Certificação de Aprovação do Corpo de Bombeiros do Tocantins e o HABITE-SE, emitido pela Prefeitura de Dianópolis-TO.

8.10.10. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

8.10.11. O recebimento definitivo pela Administração não eximirá o contratado, pelo prazo mínimo de **5 (cinco) anos**, admitida a previsão de prazo de garantia superior no edital e no contrato, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção, da reforma, da recuperação ou da ampliação do bem imóvel, e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias.

8.10.12. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

8.11.CONDIÇÕES E PRAZO PARA QUE A CONTRATADA REFAÇA O SERVIÇO REJEITADO PELA FISCALIZAÇÃO

8.11.1. Reparar/corrigir/refazer as suas expensas, no **prazo de 10 (dez) dias, corridos**, contados da notificação do Gestor/Fiscal do Contrato, os serviços rejeitados pela fiscalização nos quais forem constatadas falhas, imperfeições ou irregularidades resultantes do emprego de material inadequado ou a execução imprópria do serviço à vista dos projetos e especificações.

8.12. PRAZO DE GARANTIA DOS SERVIÇOS

8.12.1. GARANTIA DA OBRA

8.12.1.1. Todos os serviços prestados deverão gerar um relatório detalhado que funcionará como memória técnica, para efeito de garantia de serviços, assinado pelo Fiscal, para fins de acervo técnico e guarda de informações técnicas que venham a ocasionar defeitos.

8.12.1.2. A CONTRATADA deverá oferecer garantia na execução da obra e se responsabilizará pelo prazo mínimo de **05 (cinco) anos** pela solidez e segurança do trabalho realizado, bem como por eventuais vícios ocultos, conforme o artigo 140, § 6º, da lei 14.133/21 e art. 618 do Código Civil, contado da data de emissão do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO da reforma, objeto desta licitação.

8.12.1.3. Segue a baixo a Tabela 1 com os respectivos prazos de garantia mínimos dos principais sistemas, elementos, componentes e instalações estão dispostos na Tabela 1 abaixo:

TABELA 1 - Prazos de garantia conforme a NBR 15575 (ABNT, 2013).

SISTEMAS, ELEMENTOS, COMPONENTES E INSTALAÇÕES	PRAZO DE GARANTIA
Fundações	5 anos
Estrutura	5 anos
Impermeabilização	5 anos
Integridade e vedação das instalações hidrossanitárias	5 anos
Paredes de vedação	5 anos
Aderência dos revestimentos em argamassa/gesso	5 anos
Estanqueidade de fachadas	3 anos
Funcionamento da instalação elétrica	3 anos
Funcionamento das instalações hidrossanitárias	3 anos
Fissuras nos revestimentos argamassados	2 anos
Aderência dos revestimentos em cerâmica/granito	2 anos
Pintura	2 anos
Fechaduras, ferragens, metais sanitários e equipamentos elétricos	1 ano
Fixação de vidros	1 ano
Esquadrias em madeira e aço	1 ano
Rejuntamento	1 ano

8.12.1.4. A liberação dos projetos pela **DINFR** não desobrigará a CONTRATADA de sua plena responsabilidade com relação à sua implantação, incluindo quaisquer fatos que venham a impossibilitar, prejudicar ou retardar a execução dos serviços, submetendo-a a todas as penalidades e sanções da legislação em vigor.

8.13.CONDIÇÕES E PRAZOS PARA REFAZIMENTO DOS SERVIÇOS DURANTE O PRAZO DE GARANTIA

8.13.1. As medidas corretivas pertinentes às solicitações de cumprimento de garantia deverão ser providenciadas no prazo máximo de **03 (três) dias úteis**, a contar da data da solicitação, salvo quando se tratar de situações emergenciais, que coloquem em risco a integridade física das pessoas, quando as providências deverão ser adotadas no **prazo de 24 horas** da solicitação.

9. PREVISÃO DE PENALIDADES POR DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL

9.1. A empresa contratada será responsabilizada pelas condutas em desacordo com o disposto no contrato e no edital de licitação, sujeitando-se às seguintes sanções:

- I – advertência;
- II – multa;
- III – impedimento de licitar e contratar; e
- IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.1.1. A penalidade de advertência será aplicada quando a empresa contratada der causa à inexecução parcial do contrato e não for justificável a aplicação de penalidade mais grave;

9.1.2. A sanção de impedimento de licitar e contratar consistirá em impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado do Tocantins por até 3 (três) anos e será aplicada, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, quando a empresa contratada:

- I - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- II - der causa à inexecução total do contrato;
- III - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- IV - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- V - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VI - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

9.1.3. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar consistirá em impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos por um período mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos e será aplicada nas hipóteses do subitem 9.1.1 que justificam a

aplicação de penalidade mais grave ou ainda quando a empresa contratada:

- I - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- II - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- IV - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- V - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.1.4. Em conjunto com as sanções dos subitens 9.1.1, 9.1.2 ou 9.1.3 a autoridade competente poderá:

- I - aplicar multa entre 0,5% (cinco décimos por cento) e 30% (trinta por cento) do valor do contrato; e
- II – determinar a extinção unilateral do contrato.

9.1.5. O atraso injustificado na execução deste contrato sujeitará a empresa contratada a multa de mora, que será aplicada nos seguintes percentuais, tendo como base de cálculo o valor da parcela adimplida com atraso:

- I - 1% (um por cento) pelo 1º (primeiro) dia de atraso;
- II - 0,10% (um décimo por cento) por dia de atraso, a partir do dia 2º (segundo) até o 15º (décimo quinto);
- III - 0,25% (vinte e cinco centésimos percentuais) por dia de atraso, a partir do dia 16º (décimo sexto) até o 30º (trigésimo).

9.1.6. O CONTRATANTE avaliará se o atraso no adimplemento parcial ou total do objeto configura simples impontualidade, passível de multa moratória, ou inexecução do contrato, que sujeitará a empresa contratada às demais sanções administrativas previstas, avaliando as circunstâncias do caso concreto e a utilidade ou aproveitamento do objeto para a administração;

9.1.7. A aplicação de multa de mora não impedirá que o CONTRATANTE a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada das demais sanções previstas neste Termo:

- I - A multa compensatória não obsta a apuração e cobrança das perdas e danos decorrentes do descumprimento do contrato.

9.1.8. A não apresentação da documentação prevista neste Projeto Básico ou a constatação de qualquer irregularidade relativa às demais condições de habilitação e qualificação que ensejaram a presente contratação sujeitarão a empresa contratada à pena de advertência e à sua notificação para sanear o vício ou irregularidade:

- I – O inadimplemento da obrigação no prazo assinalado na notificação sujeitará a CONTRATADA ao disposto nos incisos I e II do subitem 9.1.4.

9.1.9. O atraso no adimplemento de outras obrigações acessórias, não previstas expressamente nos parágrafos anteriores, sujeitará a CONTRATADA à multa moratória de 0,05% (meio décimo por cento) a 0,1% (um décimo por cento), ao dia, sobre o valor total do contrato, até o limite de 30 (trinta) dias, a critério do CONTRATANTE, observando-se os critérios constantes do subitem 9.1.13 e sem prejuízo das demais sanções;

9.1.10. Durante o período de 30 (trinta) dias previsto nos subitens 9.1.5 e 9.1.9, desta cláusula, a critério do CONTRATANTE, este contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais sanções;

9.1.11. Ressalvadas as penalidades do inciso I do subitem 9.1.4, o somatório das demais multas previstas neste tópico não poderá superar, em cada mês, o máximo de 15% (quinze por cento) do valor mensal do contrato ou de 1/12 do valor total;

- 9.1.12. A reincidência na aplicação do percentual máximo previsto no subitem anterior poderá ensejar a extinção unilateral deste contrato;

9.1.13. Nos processos de apuração de infrações, serão assegurados o direito ao contraditório e à ampla defesa, observadas as disposições legais e regulamentares, e serão levados em consideração na aplicação das sanções:

- I – a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II – as peculiaridades do caso concreto;
- III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV – os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;
- V – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- VI – a não reincidência da infração;
- VII – a atuação da empresa contratada em minorar os prejuízos advindos de sua conduta omissiva ou comissiva;
- VIII – a execução satisfatória das demais obrigações contratuais.

- 9.1.14. A multa moratória de valor irrisório poderá ser convertida em pena de advertência, a critério da autoridade competente;

9.1.15. Em casos excepcionais, caso a multa moratória se mostre desproporcional à gravidade da infração e ao prejuízo ou risco de prejuízo dela decorrente, a autoridade competente poderá, justificadamente, reduzi-la, em atendimento ao disposto no subitem 9.1.13 deste Projeto Básico;

9.1.16. A multa aplicada, após regular processo administrativo e garantido o direito de ampla defesa, será descontada das faturas emitidas pela empresa contratada ou recolhida ao Fundo Especial de Modernização e Aprimoramento do Poder Judiciário - Funjuris por meio de DAJ – Documento de Arrecadação Judiciária;

9.1.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE à empresa contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, ou será cobrada judicialmente.

9.1.18. No processo Administrativo sancionatório, a dosimetria na aplicação de penalidades decorrentes da prática de infrações definidas neste contrato e no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, o CONTRATANTE deverá observar as disposições da Instrução Normativa do TJ/TO nº 6, de 31 de janeiro de 2023.

10. PREVISÃO DE ADOÇÃO DE INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

10.1. Não se aplica.

11. CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E FORMA DE PAGAMENTO

11.1. Após aprovada a medição pela Fiscalização e para que o CONTRATANTE possa efetuar o devido pagamento, nos termos do Edital e do Contrato, deverá a CONTRATADA emitir e apresentar a respectiva nota fiscal acompanhada da comprovação de sua regularidade fiscal, sem prejuízo de serem solicitados pelo CONTRATANTE os documentos comprobatórios das obrigações inerentes à folha de pagamento da CONTRATADA.

11.2. O pagamento relativo à prestação dos serviços realizados dar-se-á ao final de cada etapa, após a conclusão, pela CONTRATADA, e respectiva aprovação pelo CONTRATANTE, nas proporções do valor total do contrato e de acordo com o cronograma físico-financeiro.

11.3. O pagamento devido será efetuado mensalmente através de ordem bancária, **até o 30º (trigésimo) dia** após o recebimento da nota fiscal do CONTRATANTE, desde que o serviço esteja em conformidade com as exigências contratuais e que não haja impeditivo imputável à CONTRATADA.

11.4. As contratações terão pagamento efetuado por intermédio de depósito em conta bancária da contratada, respeitadas as condições previstas no instrumento convocatório e no contrato.

11.5. Sobre o documento fiscal incidirão os tributos legalmente instituídos e as multas que eventualmente vierem a ser aplicadas. Sendo a licitante vencedora isenta ou beneficiária de redução de alíquota de qualquer imposto, taxa ou de contribuição social ou ainda optante pelo SIMPLES, deverá apresentar junto com a fatura, cópia do comprovante respectivo;

11.6. O Contratante reserva-se o direito de não realizar o atesto, se os dados estiverem em desacordo com os dados do FORNECEDOR ou, ainda, se o objeto entregue não estiver em conformidade com as especificações apresentadas neste Projeto Básico, ficando o pagamento suspenso até a regularização;

11.7. O atesto é condição indispensável para o pagamento, podendo ser comprovado e realizado pelo fiscal técnico do contrato através de apresentação da nota fiscal devidamente atestada, ou por meio da inserção de informação no Sistema Eletrônico de Informação do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins – SEI, confirmando o seu recebimento;

11.8. Na ausência do fiscal (férias, licença ou em viagem por interesse do Poder Judiciário), o atesto será dado pelo fiscal substituto;

11.9. O CNPJ constante da nota fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta e nota de empenho;

11.10. Após o atesto de recebimento do bem, o gestor designado enviará o processo de pagamento para a Diretoria Financeira em prazo hábil para a realização do pagamento;

11.11. Todos os atos inerentes ao presente processo obedecerão às regras concernentes ao Sistema Eletrônico de Informações do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (SEI).

11.12. O gestor responsável deverá enviar o processo com a solicitação de pagamento à Diretoria Financeira em prazo hábil para a realização do tempestivo pagamento em conformidade com o estabelecido no instrumento convocatório ou no contrato.

11.13. Na hipótese do pagamento não ocorrer dentro do prazo previsto no instrumento contratual e a contratada não ter concorrido para a perda do prazo, deverá ser feita, nos termos previstos no instrumento contratual, a atualização monetária do valor em atraso.

11.14. O fiscal técnico da DIVENG, da Diretoria de Infraestrutura e Obras do TJTO, juntamente com o representante técnico da CONTRATADA farão aferição mensais, **30 (trinta) dias**, corridos a partir do dia correspondente ao autorizado para o início da obra, ou no primeiro dia útil subsequente, de acordo com as etapas do cronograma físico-financeiro apresentado pela CONTRATADA e aprovado pelo TJTO, sendo considerado como etapa o período de cada medição.

11.15. Poderá ser ultrapassado o limite previsto para cada etapa, para antecipação de serviços previstos no Cronograma, desde que solicitado com, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência e autorizado pelo CONTRATANTE.

11.16. Poderão ser medidos serviços executados antecipadamente ao previsto no cronograma, a fim de compensar outros em atraso, desde que o valor total da medição não ultrapasse o total previsto na etapa e não haja prejuízo em relação à qualidade e ao bom andamento da obra.

11.17. A medição dos serviços será sempre feita a cada período de 30 (trinta) dias corridos com base no cronograma aprovado e nas especificações e projetos, considerando os serviços efetivamente executados e aprovados pela FISCALIZAÇÃO.

11.18. A periodicidade poderá ser inferior a um mês calendário na primeira e última medições, quando o início ou término das etapas das obras/serviços ocorrer no curso do mês; neste caso o cronograma será ajustado à situação.

11.19. Concluída cada etapa constante do Cronograma Físico-financeiro, a FISCALIZAÇÃO terá **5 (cinco) dias úteis**, após formalmente comunicada pela CONTRATADA, para a conferência da medição, compatibilizando-a com os dados da planilha das obras/serviços e preços constantes de sua proposta, bem como da documentação hábil de cobrança.

11.20. O critério de medição a ser utilizado será baseado em obras e serviços reais, ou seja, nos quantitativos das obras/serviços efetivamente executadas e materiais efetivamente aplicados, **não** sendo levados em consideração descontos, acréscimos, perdas e outros elementos similares que deverão ser considerados na composição de custos dos serviços.

11.21. Somente será medido o serviço executado conforme o previsto no cronograma, observados os respectivos projetos, especificações e preços das planilhas e o disposto nos itens seguintes.

11.22. Somente serão realizadas medições mensais dos serviços efetivamente concluídos em cada etapa, conforme Cronograma Físico-financeiro.

11.23. **Não** serão medidos serviços executados em desacordo com os projetos e as especificações que integram este Projeto Básico.

11.24. **Não** será medido o fornecimento de material em separado da execução do respectivo serviço.

11.25. Os preços unitários servirão para permitir medições de eventuais acréscimos ou deduções de serviços decorrentes de modificações nos projetos ou nas especificações, autorizadas pelo CONTRATANTE.

11.26. Só serão medidos e autorizados os pagamentos dos itens comprovadamente executados ou instalados na obra através de vistoria do CONTRATANTE.

11.27. A discriminação e quantificação dos serviços e obras considerados na medição deverão respeitar rigorosamente as planilhas de orçamento apresentadas pela empresa vencedora do certame e integrante do respectivo contrato, inclusive critérios de medição e pagamento.

11.28. A medição deverá ser baseada em relatórios elaborados pela CONTRATADA constando de levantamentos, memória de cálculo, gráficos e outros necessários à perfeita determinação das quantidades dos serviços efetivamente executados.

11.29. Combinado a cada medição, os documentos listados abaixo deverão ser entregues pela CONTRATADA:

- a) Cronograma executivo (físico) realizado;
- b) Quadro resumo financeiro;
- c) Planta iluminada, especificando o nome da obra e o N° do contrato;
- d) Relatório fotográfico, acompanhado do comentário por foto;
- e) Cópia do Diário de Obra, especificando as datas conforme o período da medição, preenchido conforme os acontecimentos dos eventos e assinado pelo engenheiro da obra (da CONTRATADA) e da fiscalização (CONTRATANTE ou interveniente técnico);

11.30. Os pagamentos serão efetuados de acordo com os percentuais estabelecidos no Cronograma Físico-Financeiro do CONCORRENTE vencedor do certame, desde que observada a efetiva execução dos serviços correspondentes e em concordância com projetos, especificações e preços das planilhas.

11.31. Os valores referentes às obras/serviços que forem rejeitados, relativos a uma medição, serão pagos após a CONTRATADA refazê-los, sem ônus adicional ao CONTRATANTE.

11.32. Quebras, desperdícios, aquisição ou aluguel de equipamentos para execução de serviços, aquisições de miudezas, preparos diversos, cortes, embutimentos, recomposições, testes, estudos de solo, tecnologias de execução e outros elementos auxiliares previstos nas especificações, lixamentos, andaimes, cantoneiras, sistema de transporte, horários especiais de trabalho, critérios de descontos de vãos e outros itens similares são considerados como elementos constituintes da composição de custos a serem propostos pelas CONCORRENTES.

11.33. O pagamento da última medição estará condicionada à conclusão total da obra, sanadas todas as pendências e conforme o **RECEBIMENTO DEFINITIVO** (subitem 8.10.6) atestado por Comissão designada para esse fim.

11.34. O CONTRATANTE realizará o pagamento em **até 30 (trinta) dias** corridos, contados da apresentação do documento fiscal correspondente.

11.35. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, creditada na conta-corrente da CONTRATADA.

11.36. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela CONTRATADA, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação, da proposta e contida no próprio instrumento do CONTRATO, não se admitindo notas fiscais/faturas emitida com outro CNPJ, mesmo aqueles de filiais ou da matriz.

11.37. As Notas Fiscais/Faturas apresentadas em desacordo com o estabelecido neste Projeto Básico, na nota de empenho, no Contrato ou com qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento será devolvida à adjudicatária e nesse caso o prazo previsto no subitem 11.34 será interrompido.

11.38. A contagem do prazo previsto para pagamento (30 dias) será reiniciada a partir da respectiva regularização, desconsiderado o prazo anteriormente decorrido durante a análise das Notas Fiscais/Faturas consideradas irregulares.

11.39. A nota fiscal/fatura será emitida pela CONTRATADA em inteira conformidade com as exigências legais, especialmente as de natureza fiscal, acrescida das seguintes informações:

- a) Indicação do número do CONTRATO;
- b) Indicação do objeto do CONTRATO;
- c) Indicação da medição a que se refere o faturamento;
- d) Matrícula CEI da obra;
- e) Destaque, conforme regulação específica, das retenções incidentes sobre o faturamento, (ISS, INSS, IRRF e outros), se houver;
- f) Destaque de valor relativo a qualquer retenção aplicada pelo TJTO, para produzir, exclusivamente, efeitos financeiros no ato de pagamento, não podendo alterar o valor total do documento fiscal;
- g) Conta bancária, conforme indicado pela CONTRATADA na nota fiscal.

11.40. Deverão ser apresentados pela CONTRATADA, podendo acarretar possível atraso no pagamento na pendência de qualquer uma das situações abaixo especificadas, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira:

- a) Atestação de conformidade do serviço executado;
- b) Documento fiscal ;
- c) Apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- d) Apresentação de Certidão Negativa de Débitos junto aos Governos Estadual e Municipal;

- e) Apresentação de Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;
- f) Garantia contratual vigente;
- g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

11.41. O CONTRATANTE poderá sustar o pagamento de qualquer fatura apresentada pela CONTRATADA, no todo ou em parte, nos seguintes casos:

- a) Execução defeituosa dos serviços;
- b) Paralisação dos serviços por culpa da CONTRATADA.

12. CONDIÇÕES DE REAJUSTE

12.1. O preço poderá ser ajustado após **12 (doze) meses** contados do termo inicial previsto no item 12.2, observada a variação do Índice Nacional de Custo da Construção do Mercado (INCC-M), ou por outro indicador que venha a substituí-lo.

12.2. O primeiro reajuste será devido após o transcurso do prazo de 12 (doze) meses contados da data do orçamento estimado, assim considerada a data de conclusão da apuração do valor estimado da contratação, independentemente da data da tabela ou sistema referencial de custos utilizado.

12.3. Nos reajustamentos subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 12 (doze) meses será contado da data de início dos efeitos financeiros do último reajustamento ocorrido. O arredondamento dos preços reajustados deste contrato se regerá da seguinte forma:

12.4. Para os valores utilizados em operações matemáticas de somatório serão utilizadas duas casas decimais e para aplicação de índices de correção monetária serão utilizadas sete casas decimais; e

12.5. Quando a casa decimal imediatamente posterior à definida no subitem 12.4 for igual ou superior a cinco, aumenta-se a casa decimal anterior em uma unidade. Já quando for inferior a cinco, permanecerá a mesma inalterada.

12.6. Os pedidos de reajuste contratual serão recebidos, instruídos e impulsionados pelo gestor do contrato, conforme Seção III do Anexo V da Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.

12.7. Nos procedimentos de reajuste, deverão ser observadas as disposições da Seção VI, do Capítulo VIII, da Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.

13. GARANTIA CONTRATUAL

13.1. Com o intuito de assegurar a perfeita execução do objeto, bem como resguardar a Administração Pública em eventual ressarcimento, em caso de inadimplemento contratual, razão pela qual escolhemos o percentual na garantia contratual da licitante vencedora de 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, conforme Art. 16, § 1º, do Anexo III, da Instrução Normativa Nº 4, de 31 de janeiro de 2023.

13.2. A CONTRATADA deverá entregar ao Gestor do Contrato, que submeterá à Divisão de Contratos e Convênios - DCC do TJTO, antes da assinatura de termo de contrato, a título de garantia, a quantia equivalente a 5% (cinco por cento) do valor global da contratação, cabendo-lhe optar dentre as modalidades previstas no art. 96, § 1º, da Lei Nº 14.133/21.

13.3. A garantia será devolvida à CONTRATADA somente depois do cumprimento integral das obrigações assumidas, inclusive recolhimento de multas e satisfação de prejuízos causados ao CONTRATANTE.

13.4. A garantia deverá ter validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação.

13.5. Será exigida, nas **contratações de obras e serviços de engenharia**, a garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com esta Lei, em conformidade com o artigo 59, § 5º, da Lei 14.133/21.

13.6. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

13.7. Prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

13.8. Prejuízos causados à administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

13.9. As multas moratórias e punitivas aplicadas pelo CONTRATANTE à CONTRATADA; e

13.10. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.

13.11. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em instituição bancária indicada pelo CONTRATANTE, com correção monetária, em favor do CONTRATANTE.

13.12. A não renovação, tempestivamente, da Garantia do Contrato ensejará a suspensão de pagamentos até a regularização do respectivo documento, independentemente da aplicação das sanções contratuais.

13.13. Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento de multas, ela deve ser complementada no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, contado da solicitação do CONTRATANTE, a partir do qual se observará o disposto abaixo:

13.14. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação da multa de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia sobre o valor do contrato, por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

13.15. O atraso superior a 10 (dez) dias acarretará a rescisão unilateral do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021, sem prejuízo da multa prevista no item anterior.

13.16. O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

13.17. A GARANTIA SERÁ CONSIDERADA EXTINTA

13.17.1 Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato;

13.17.2. No prazo de 90 (noventa) após o término da vigência, caso o CONTRATANTE não comunique a ocorrência de sinistros.

13.17.3. Na garantia deverá constar expresso o prazo de validade superior a 90 (noventa) dias do prazo final de vigência contratual.

13.17.4. A ausência de prestação da garantia equivale à recusa injustificada para a contratação, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida, ficando a adjudicatária sujeita às penalidades legalmente estabelecidas, inclusive multa e rescisão unilateral do contrato administrativo.

13.17.5. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

14. CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE E ACESSIBILIDADE

14.1. A CONTRATADA deverá atender às exigências da Administração Pública no cumprimento de parâmetros mínimos de sustentabilidade na contratação de obras e serviços de engenharia que garantam a promoção do desenvolvimento sustentável, conforme o art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

14.2. A CONTRATADA deverá obedecer as recomendações do Plano de Contratação de Logística Sustentável no âmbito do Poder Judiciário e que deverá estar alinhada com as orientações dadas pelas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça que regem a matéria, objetivando assegurar a observância ao princípio do desenvolvimento nacional sustentável, sem prejuízo dos demais princípios que norteiam a Lei nº 14.133, de 2021.

14.3. Os serviços deverão ser executados de maneira humanitária e legal, com foco na proteção do ser humano e na sustentabilidade do meio ambiente, a fim de preservá-lo e assim proteger a vida hoje, a médio e longo prazo, adotando boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição, tais como:

a) Disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras, cumprindo fielmente o PGRS - Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos que será entregue pela CONTRATADA;

b) Os resíduos produzidos durante a execução dos trabalhos serão gerenciados de acordo com a Resolução CONAMA nº 307, de 5 de julho de 2002. A Contratada responderá, sempre que solicitado ou exigido pelo órgão ambiental local ou pela Fiscalização do TJ/TO, devendo prestar informações completas sobre a caracterização dos resíduos produzidos na realização dos trabalhos, o transporte e a disposição final;

c) Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas/poluentes;

d) Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;

e) Racionalização/economia no consumo de energia (especialmente a elétrica) e água;

f) Boas práticas de redução de desperdícios/poluição;

g) Lavagem com água de reúso ou outras fontes, sempre que possível (águas de chuva, poços cuja água seja certificada de não contaminação por metais pesados ou agentes bacteriológicos, minas e outros);

h) Orientações nos procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores dispostos para descarte;

i) Evitar o máximo, o uso de extensões elétricas;

j) Acender apenas as luzes de áreas que estiverem sendo utilizadas.

14.4. Ainda no tocante à sustentabilidade, os projetos complementares da edificação contemplam diversos itens, dentre os quais destacamos: a iluminação em LED, visando a economia de energia.

14.5. Por fim, Por fim, cabe ressaltar que a edificação será contemplada com plena acessibilidade, com rampas, banheiros acessíveis, piso tátil, balcão de atendimento acessível, portas dimensionadas com os vãos adequados, entre outros itens presentes nas Normas da ABNT 9050.

14.6. Em acordo com o art. 45, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021, o presente projeto básico contempla os principais requisitos e exigências das leis e normas técnicas de **acessibilidade**: autonomia, conforto e segurança. Tais parâmetros de acessibilidade estão previstos no Decreto Federal nº 5.296/2004, Lei nº 10.098/2000, Lei nº 13.146/2015 (Lei de Inclusão da Pessoa com Deficiência) e a resolução do CNJ nº 401/2021, garantindo assim a acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência do Poder Judiciário e seus serviços auxiliares, regulamentando o funcionamento da unidade de acessibilidade e inclusão.

14.7. Foram observados e cumpridos todas as diretrizes estabelecidas nos incisos do artigo 45, da Lei 14.133/21, constando nas especificações técnicas dos projetos e Anexos, realizados por esta Diretoria de Obras - DINFR, deste Tribunal de Justiça, anexos ao Projeto Básico.

14.8. Segundo a NBR 9050/2020, todos os espaços, edificações, mobiliário e equipamentos urbanos, que forem projetados, construídos, montados ou implantados, bem como as reformas e ampliações de edificações e equipamentos urbanos, precisam atender o que ela estabelece para serem considerados acessíveis.

14.9. Conforme o art. 93 da Lei nº 8.213/1991, a estes deverão ser garantidos acessibilidade, recursos tecnológicos e adaptação no ambiente de trabalho, com prioridade total no atendimento à pessoa com deficiência com maior dificuldade de inserção no campo de trabalho, conforme Art. 37 da Lei nº 13.146/2015.

14.10. O Processo em epígrafe está alinhado com as diretrizes do **Plano de Contratação de Logística Sustentável no âmbito do Poder Judiciário**, SEI nº 22.0.000032269-9, evento nº 5880989 e com **as recomendações das Resoluções do Conselho Nacional de Justiça** que regem a matéria, objetivando assegurar a observância ao princípio do desenvolvimento nacional sustentável, sem prejuízo dos demais princípios que norteiam a Lei nº 14.133, de 2021..

15. LICENCIAMENTOS: AMBIENTAL, ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO/REFORMA - APROVAÇÃO CORPO DE BOMBEIROS

15.1. NÃO APLICA. Considerando que o prédio no qual será executado a obra de reforma do Fórum da Comarca de Dianópolis-TO, encontra-se localizado em área urbana do respectivo município, onde os serviços a serem executados NÃO são passíveis do procedimento de Licenciamento Ambiental, conforme normas estabelecida pela Resolução COEMA 07/2007, bem como a Resolução CONAMA 237/97.

15.2. ALVARÁ DE LICENÇA REFORMA. Processo sob o nº 00016, expedida pela Prefeitura de Dianópolis-TO, datada de 17, de setembro de 2025, ANEXO XXIII.

15.3. CARTA DE "HABITE-SE". Na conclusão da obra, será de responsabilidade da CONTRATADA a entrega do documento de Habite-se para o Fórum da comarca de Dianópolis-TO, expedido pela Prefeitura Municipal de Dianópolis-TO.

15.4. ALVARÁ DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO E EMERGÊNCIA. NÃO SE APLICA. O projeto a ser executado na Comarca de Dianópolis-TO levou em consideração as condições já existentes de segurança que o sistema de proteção contra incêndio já possui atualmente como: hidrantes, extintores de incêndio, placas de sinalização, luminárias de emergências e rotas de fuga. Dessa forma, as alterações a serem realizadas com a aludida reforma manterão em funcionamento os equipamentos existentes e os itens de segurança já instalados que seguem as diretrizes dos Bombeiros do Estado do Tocantins, conforme CERTIDÃO da DINFR/DIVARQ, ANEXO XXII.

16. DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1.O presente Projeto Básico é composto por esta parte introdutória e os anexos **"I a XXIV"**.

- ANEXO I - ESCRITURA PÚBLICA;
- ANEXO II - RELATÓRIO DE CONDIÇÕES DO FÓRUM;
- ANEXO III A - PROJETO ARQUITETÔNICO;
- ANEXO III B - PROJETO DE ACESSIBILIDADE;
- ANEXO III C - PROJETO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E CABEAMENTO;
- ANEXO III D - PROJETO ESTRUTURAL;
- ANEXO III E - PROJETO HIDROSSANITÁRIO;
- ANEXO III F - PROJETO DE PREVENÇÃO COMBATE INCENDIO;
- ANEXO IV - MEMORIAL DESCRITIVO;
- ANEXO V - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA;
- ANEXO VI - CURVA ABC DE SERVIÇOS;
- ANEXO VII - COMPOSIÇÕES DE PREÇOS UNITÁRIOS;
- ANEXO VIII - CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO;
- ANEXO IX - DECLARAÇÃO DO AUTOR DA PLANILHA;
- ANEXO X - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO;
- ANEXO XI - MODELO DE COMPOSIÇÃO DO BDI;
- ANEXO XII - MODELO DE COMPOSIÇÃO DE ENCARGOS SOCIAIS;
- ANEXO XIII - ART E RRT - ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA;
- ANEXO XIV - MODELO DECLARAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS TÉCNICOS;
- ANEXO XV - MODELO DE VISTORIA OU DISPENSA DE VISTORIA;
- ANEXO XVI - ALÍQUOTA ISSQN - INFORMAÇÃO;
- ANEXO XVII - ITENS COM POSSIBILIDADE DE SUBCONTRATAÇÃO;
- ANEXO XVIII - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO FAMILIAR;
- ANEXO XIX - DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA COM PROJETOS AOS QUANTITATIVOS;
- ANEXO XX - MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS.
- ANEXO XXI - TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO;
- ANEXO XXII - CERTIDÃO SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIO;
- ANEXO XXIII - ALVARÁ DE LICENÇA REFORMA,
- ANEXO XXIV - PLANILHA EDITÁVEL.

Palmas - TO, 30 de janeiro de 2026.

17. EQUIPE RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO:

Edicarlos Batista de Freitas

Engenheiro Elétricista, matrícula: 369870

Edward Afonso Kneipp

Engenheiro Eletricista: matrícula: 352793



Documento assinado eletronicamente por **Leticia do Socorro Barbosa Azevedo, Secretária**, em 02/03/2026, às 15:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no link <http://sei.tjto.jus.br/verifica/> informando o código verificador **7010256** e o código CRC **381CE83B**.

Quadra 103 Norte nº 11 Lote 2 - Bairro Centro - Palmas/TO, CEP 77.001-036
- <http://www.tjto.jus.br/>

26.0.000002635-1

7010256v4